

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Um passado em comum: o exílio brasileiro em Portugal

Caio Bruno Pires Mendes Cateb

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Um passado em comum: o exílio brasileiro em Portugal

Caio Bruno Pires Mendes Cateb

Tese orientada pela Professora Doutora Elsa Peralta, elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Brasileiros (Dissertação)

2021

*Aos imprescindíveis que lutam e
que lutaram por toda a vida.*

Agradecimentos

Agradeço, em especial, à Prof.^a Dr.^a Elsa Peralta pela orientação deste trabalho e por todos os ensinamentos, dedicação e paciência no decorrer dessa trajetória.

Agradeço, em nome do Prof. Dr. José Damião Rodrigues e da Prof.^a Dr.^a Alva Martinez Teixeira, os professores e professoras do programa de Mestrado em Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras e do Instituto de Ciências Sociais pela formação crítica e enriquecedora.

Um agradecimento especial para a Prof.^a Dr.^a Simone Frangella, de quem fui agraciado com seu acolhimento, amizade e com a oportunidade única de aprendizado junto ao coletivo Chão e aos incríveis companheiros e companheiras do Bairro do Jamaica.

Agradeço, a minha companheira de vida, Karen Osiro, por todo amor e cuidado ao partilhar comigo todas as alegrias e dificuldades dessa trajetória, o seu apoio sempre acompanhado desse sorriso no rosto me convenceram a superar todo e qualquer desafio.

Agradeço à minha família, por todo o amor, carinho e por todo esforço em possibilitar os meus estudos.

Agradeço aos amigos e amigas de Lisboa, Welber, Sinara, Hérika, Sâmia, Letícia, Consuelo, Alessandro, Eduardo, Marcelo, Tatiane, Maria e Natale, que muito me apoiaram, sempre disponíveis e dispostos a partilhar uma palavra afetuosa, um bom vinho, uma imperial ou um café pelos miradouros da cidade.

Resumo:

A Revolução dos Cravos despertou Portugal dos longos anos de ditadura salazarista. Os portugueses agitaram o mundo com as notícias que vinham de Lisboa e com as expectativas que emergiram daquele processo político revolucionário. Brasileiros espalhados por diversos países, em fuga da violência da ditadura militar, animaram-se com o que vinha acontecendo em Portugal. Depois de vários deslocamentos e expectativas frustradas de regresso e de revolução, como no Chile de Allende, viram no *Abril* português uma porta de esperança para encontrarem morada segura e seguirem atuando politicamente durante o exílio. Essa dissertação analisa esse processo de exílio dos brasileiros em Portugal, por meio dos testemunhos daqueles que experienciaram tal momento histórico. Deste modo, busca-se identificar quem são esses exilados brasileiros, o que os levaram a Portugal, sob quais condições permaneceram no país e de que forma o exílio em terras lusas alterou seus referenciais políticos, culturais e sociais.

Palavras Chave: Exílio, Ditadura, Revolução, Portugal, Brasil.

Abstract:

The Carnation Revolution awakened Portugal from the long years of Salazar dictatorship. The Portuguese shook the world with the news that came from Lisbon and with the expectations that emerged from that revolutionary political process. Brazilians spread across several countries, fleeing the violence of the military dictatorship, were encouraged by what was happening in Portugal. After several displacements and frustrated expectations of return and revolution, as in Allende's Chile, they saw in Portuguese *Abril* a door of hope for finding a safe home and continuing to act politically during their exile. This dissertation analyzes this process of Brazilians' exile in Portugal, through the testimonies of those who experienced such a historic moment. Therefore, we seek to identify who these Brazilian exiles are, what led them to Portugal, under what conditions they remained in the country and how the exile in Portuguese lands changed their political, cultural and social references.

Key Words: Exile, Dictatorship, Revolution, Portugal, Brazil.

Índice

1. Introdução.....	8
2. Exílio e a ditadura militar brasileira	12
2.1. Entre a coação e a exclusão	12
2.2. Exílio e memórias	17
2.3. Sobreviver e resistir: ditadura e exílio	20
2.4. “Vai meu irmão, pega esse avião...”: o exílio brasileiro	25
3. “Canta a primavera, pá”: Portugal e a revolução.....	29
3.1. Do Estado Novo a “Abril”	29
3.2. “As portas que Abril abriu”: a Revolução e os brasileiros	34
4. Considerações Finais.....	52
Entrevistas.....	54
Bibliografia.....	54

1. Introdução

A instauração no Brasil de uma ditadura no ano de 1964, fruto de um golpe militar apoiado por parte da sociedade civil brasileira, deu início a um longo período de autoritarismo no país. A conjuntura que circundou o processo de deposição do presidente João Goulart (1961-1964) estava imersa em um contexto de instabilidade política e democrática, em meio às disputas pelo poder central e os embates provocados pelas reformas estruturais propostas pelo governo. Valendo-se de perseguições, prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos forçados, assassinatos, além de ter forçado a saída de muitos brasileiros para o exílio, a ditadura militar manteve-se por longos vinte e um anos no Brasil.

Diante deste contexto, este trabalho visa discutir como objeto principal de análise crítica, de discussão social e historiográfica, o exílio de brasileiros nesse período, com especial destino a Portugal. Partimos da compreensão de que o exílio deve ser visto como um fenômeno circundado de toda sua complexidade e pluralidade, em seus diferentes contextos e recortes temporais. Para isso, caracterizar tal fenômeno dentro de seu contexto é fundamental para entendermos melhor suas complexidades, uma vez que definimos o exílio com uma espécie de deslocamento forçado, o diferenciamos de outros mecanismos de movimentação e mudança de destinos dos sujeitos, em razão de suas condicionantes permeadas pela violência e de seu aspecto político. Ainda, a identidade dos sujeitos submetidos a essa condição exilar será aqui entendida enquanto campo de análise, visto que a ideia de exílio perpassa as diversas formas de como é descrito tal fenômeno e as suas disputas políticas, sociais, culturais e jurídicas.

Explorar este tema remete examinar um aspecto presente em quase toda narrativa histórica, pois os deslocamentos e migrações forçadas são capítulos importantes da história de diversos povos, comunidades e sociedades. O caso brasileiro em tela possui características e conjunturas que são essenciais para o seu estudo e compreensão. Para tanto, é preciso observar o exílio como uma condição de impermanência e conflituosa, pois a saída do país não representou apenas encontrar um lugar seguro para viver e em liberdade, no mais amplo sentido. Refletiu, também, um senso de preservação da vida e manutenção de suas convicções, alinhado com outras formas dos militantes opositores à ditadura seguirem atuando politicamente. Vale ressaltar, ainda que vários dos exílios de

brasileiros tenham partido da decisão dos próprios indivíduos e que nem todos se enquadram em expulsões, tal processo não diminui ou descaracteriza a violência do exílio brasileiro, pois a decisão de saída do país esteve rodeada de um cenário de repressão, medo e solidão, o que reflete diretamente no anseio pela partida.

Nesse contexto, muitos brasileiros se viram na clandestinidade, perseguidos e obrigados a escapar do país. O destino daqueles que se deslocavam dependiam, muitas vezes, das conjunturas e das relações políticas que os militantes brasileiros estavam inseridos. Devido a essas condições, tanto o Chile, em um primeiro momento, quanto a França destacaram-se pelo papel de acolhida e o número de exilados brasileiros que nesses dois países refugiaram-se. Entretanto, o exílio não tinha uma orientação geográfica específica, pois é possível verificar a presença de exilados em inúmeros países da Europa, Américas do Sul e Norte, e África; para além desse fato, devemos considerar que os exilados por muitas vezes transitavam por mais destinos, pois esses estavam reféns das condições alheias às suas decisões pessoais. Um exemplo claro deste processo se deu com os grupos exilados latino-americanos no Chile, que foram recebidos pelo governo de Salvador Allende, mas que acabaram obrigados a fugirem quando o presidente chileno fora deposto por um violento golpe militar, que além de tomar a vida de Allende, instaurou uma longa e dura ditadura no país.

O exílio, portanto, apresenta-se como um importante tema a ser estudado e aprofundado, pois dentre os inúmeros assuntos explorados diante dos eventos políticos e sociais suscitados pela ditadura militar no Brasil, houve certa predileção para os episódios ocorridos internamente. Contudo, não podemos generalizar tal argumento, pois é perceptível cada vez mais o interesse no exílio, enquanto objeto de pesquisas, de forma a ampliar o debate sobre a temática. Dessa forma, nos somamos a tal esforço de ampliação e escolhemos explorar os acontecimentos e experiências vividas pelos brasileiros no estrangeiro. Entretanto, mais do que apenas narrar os fatos vividos no exílio, o objeto dessa pesquisa está em buscar compreender a relação entre os países de refúgio e os exilados brasileiros, ou seja, qual a importância desses locais no processo de exílio dos sujeitos. Isso vai desde a receptividade e as condições materiais, até a influência nas concepções políticas, sociais e culturais dos exilados. Para tanto, abordaremos o papel de Portugal e a sua importância nos processos de exílio dos brasileiros, levando-se em conta a conjuntura política do período posterior à derrocada da ditadura portuguesa e os acontecimentos do 25 de abril de 1974.

A escolha de Portugal enquanto recorte de análise deu-se por inúmeros fatores que podemos elencar. Primeiro, ao nos debruçarmos sobre a temática do exílio, poucos foram os estudos que abordaram a passagem dos brasileiros por terras lusitanas. Acreditamos que a maior parte da literatura brasileira sobre o tema do exílio dedicou-se aos países em que tiveram maior fluxo e presença de brasileiros, tais como os já mencionados, Chile, França e, somando-se a esses, Cuba, Uruguai e Argélia. Chamou-nos a atenção explorar sobre a presença ou não dos exilados brasileiros em Portugal, principalmente no contexto da chamada Revolução dos Cravos, pois aquela conjuntura transparecia ser próxima dos projetos políticos que a esquerda brasileira almejava alcançar em seu país. Portugal, portanto, apresentava-se não só como refúgio, mas como esperança e inspiração para os grupos de exilados que nele identificava um exemplo de luta. Um segundo fator, relaciona-se com a estada deste autor em Lisboa, uma vez que diante do interesse em saber mais sobre a presença dos brasileiros que haviam experienciado aquele período, poucos foram as menções encontradas nas academias brasileira e portuguesa.

Deste modo, este estudo buscou explorar o exílio brasileiro no Portugal de Abril, partindo da hipótese que aqueles brasileiros que vivenciaram esse período em Portugal, encontraram um novo desafio para suas atuações políticas e perspectivas de vida. Para tanto, foi necessário compreender quem eram os brasileiros que haviam tido Portugal como destino ou como um dos seus destinos durante o exílio. Para melhor responder essa questão, fez-se necessário percorrer as trajetórias de vida e militância política, que nos levassem a saber as organizações pelas quais ingressaram e os fatores políticos que os levaram à condição de exílio. Outra questão fundamental, foi analisar o "porquê" de Portugal enquanto destino, ou seja, quais os aspectos acabaram os levando para esse país e quando. Ainda, buscamos examinar qual Portugal os exilados brasileiros encontraram, em níveis de receptividade (dos portugueses e de outros exilados), de adaptação e das dificuldades enfrentadas. Por fim, as questões fundamentais para o debate proposto neste trabalho, se o processo de exílio alterou os referenciais políticos, sociais e culturais dos brasileiros e, essencialmente, qual foi a influência de Portugal e sua conjuntura política nesse processo.

As questões serviram de balizadores para a recolha dos relatos e testemunhos dos exilados brasileiros. Uma vez que, utilizamos a história oral enquanto parte do método de pesquisa, de maneira que identificamos como a melhor forma de trazer a memória dos exilados enquanto fonte de compreensão desse passado e que nos permitiu entender as

interpretações e experiências dos indivíduos diante dos acontecimentos. Ainda, foram analisadas as fontes documentais, registros de imprensa, além da bibliografia existente, de modo que nos auxiliassem na compreensão desses processos históricos.

2. Exílio e a ditadura militar brasileira

2.1. Entre a coação e a exclusão

O exílio é um fenômeno amplamente e historicamente estudado nos mais diversos recortes temáticos, temporais ou teóricos. Isso dá-se, exatamente em virtude de sua dimensão, complexidade e pluralidade. No entanto, na contemporaneidade, este tema vem sendo cada vez mais examinado, uma vez que os deslocamentos são fenômenos que perpassam momentos históricos, as vivências e as relações sociais dos sujeitos. Pablo Yankelevich ao estudar o exílio destaca que a ideia vigente na sociedade atual possui suas características próprias, em que

[...] a modernidade política cristalizada no surgimento dos Estados-nações permite recortar um específico campo de reflexões centrado na conflitiva relação entre a nação, a nacionalidade e os direitos dos cidadãos. Entre o homem como tal e um Estado-nação que outorga ou nega cidadania a quem nele tenha nascido. (YANKELEVICH, 2011, p.11)

Assim, podemos defrontar o exílio e a sua relação direta com o poder do Estado, ou seja, para que algum indivíduo possa ser exilado é necessário que este previamente pertença e goze dos direitos enquanto cidadão de uma sociedade e de um Estado-nação. A vida exilada, de uma perspectiva política, pode ser vista como um hiato entre os pressupostos de nacionalidade e cidadania (RONIGER, 2011), em que um indivíduo inserido passa a ser excluído, abandonado e exposto, “portanto, localizada em um limbo que o condena a estar dentro e fora do direito.” (YANKELEVICH, 2011, p.12). O exílio, assim dizendo, pode representar um campo de confronto tênue entre a ideia de cidadania e o pertencimento a uma nação, pois uma vez que o indivíduo é obrigado ao deslocamento, emerge uma fratura da concepção de cidadania refletida pelo Estado e a ideia de pertença a uma nação projetada por esse.

Diante desse embate, estão os conflitos de identidade dos indivíduos provenientes das condições, pois o exílio impõe o afastamento de raízes e a retirada do espaço de referências que os constroem. O que implica que o exilado, por muitas vezes, resiste a pertencer ao novo território, alimentando a perda do contato com sua cultura como fruto da distância imposta. No entanto, em diversas circunstâncias é reafirmada uma distinta ideia de pertencimento a uma nação, visto que por vezes os indivíduos exilados

conformam suas identidades nacionais em um ideário coletivo de resistência, em que seus opositores e responsáveis pelo seu degrado representam uma falsa concepção de pátria.

Existe una específica dimensión de identidad colectiva sumergida en el concepto de ciudadanía proyectado por los estados-nación. Tal dimensión muchas veces se encuentra en estado de latencia en la conciencia individual, y en momentos de crisis como la que un exilio desencadena, se corta el cordón umbilical entre ambos componentes de la residencia en un territorio nacional y los individuos reafirman identidades colectivas luchando contra quienes los deslegitiman. (RONIGER; YANKELEVICH, 2009, p.11)

Além dos aspectos apontados anteriormente, existe outro em questão que condiz com a forma de representação do exílio como categoria analítica. A condição exilar apresenta-se como campo de discussão conceitual e de identidade. As diversas maneiras utilizadas para descrever o exílio transitam em disputas políticas, sociais, culturais e jurídicas, que diretamente afetaram o modo como sociedades, Estados, imprensa, organizações sociais, pesquisas acadêmicas e, fundamentalmente, os próprios indivíduos imersos nessas condições consolidaram distinções acerca da ideia de exílio.

Os deslocamentos forçados carregam questões complexas que nos impõem reflexões sobre as formas com as quais são e foram descritos. A categorização de tal processo implica em diferentes conceitos que buscam substancializar fenômenos singulares que perpassam aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos, pois termos como desterro, asilo, refúgio, migração forçada e exílio, por exemplo, carregam em si variadas peculiaridades que carecem de serem ponderadas cada qual em seu devido tempo e espaço. Para tanto, são muitos os trabalhos semânticos que apontam para as inúmeras delimitações conceituais, onde destacam-se os campos de estudos da literatura e de estudos jurídicos, em que visaram caracterizar as diversas modulações (RONIGER, 2011). No entanto, a conjuntura vivida no transcorrer do século XX e o impacto das massas de indivíduos forçados ao deslocamento para outros países impeliu a compreensão dos acontecimentos e catalisou as discussões dessas categorias pela historiografia, assim como pelos campos teóricos da política e das ciências sociais.

Neste presente trabalho não mergulharemos nas complexidades conceituais da ideia de exílio, mas entendemos como fundamental apresentarmos de que premissa partimos para podermos melhor explorar nosso objeto de pesquisa. Assim, delineamos o exílio como fruto de uma lógica de coação e exclusão não apenas territorial, mas também

da ideia de pertencimento do âmbito público de uma sociedade e de um Estado, ou seja, uma forma de privar um indivíduo do senso de cidadania. Desta forma, o exílio diferencia-se do que conhecemos como migrações, pois ao ser expulso ou até mesmo enquadrado em uma saída voluntária, mas forçada pelas condições políticas, os indivíduos se encontram coagidos ao abandono de seu país, enquanto o migrante opta pela saída a fim de solucionar problemas pessoais, sendo estes, majoritariamente, de ordem econômica. Além de que, para esse último há sempre a possibilidade de retorno, pois mesmo que não possuam os meios materiais, não existem impedimentos legais ou ameaças à vida, como no caso de grupos de exilados.

O exílio, portanto, apresenta-se com condicionantes que revelam suas características. A percepção de regresso, talvez, seja uma das especificidades mais relevantes ao estabelecermos o ideário do exilado. A impossibilidade de retorno dos indivíduos em condição de exílio, os impõem a distintas formas de relações, como entre seu país e o país de acolhida, com seus projetos pessoais e políticos, além de sua percepção do presente e do passado. Por muitas vezes, a experiência exilada é assim retratada como um *intermezzo*, de forma que se percebe a vida em exílio como uma forma de suspensão da “vida real” (VASQUEZ; ARAUJO, 1988). A este estado de não retorno, o autor Edward Said identifica como o “*páthos*” do exílio, uma espécie de “[..] perda de contato com a solidez e a satisfação da terra: voltar para o lar está fora de questão.” (SAID, 2003, p. 52). Para além, esta impossibilidade de retorno ressalta o caráter violento do papel do Estado nas situações de expulsões e/ou abandonos forçados do país devido aos riscos aos quais essas vidas e a de terceiros são expostas.

Essa conjuntura intensifica a vulnerabilidade e a exposição que a pessoa exilada enfrenta, pois além da impossibilidade de retorno, o exílio exprime a ilegalidade e a circulação de pessoas sem qualquer amparo legal, formal e/ou institucional por parte do país de recepção. Desta forma, o exílio diferencia-se da ideia de asilo, pois esse apresenta-se sem o benefício da proteção jurídica internacional e diplomática, como a garantia que os asilados possuem de amparo em uma nação acolhedora ou minimamente a salvaguarda de proteção em repartições diplomáticas, como embaixadas e consulados.

Apesar da pessoa asilada padecer das condições de perseguição similares ao exilado, ou seja, fundamentalmente encontram-se acossadas por seus ideais e/ou ações políticas, ela dispõe a seu favor do amparo de um Estado disposto a garantir seus direitos

mais básicos e humanos. A autora Martha Guerrero Verano sintetiza o entendimento do conceito de asilo ao expressar o indivíduo asilado como,

[...] una persona que es obligada a abandonar su lugar habitual de residencia debido a fuerzas que escapan de su control, perseguido principalmente por sus ideas políticas y a buscar asilo en otra parte, en la que es admitido, temporal o definitivamente, según lo considere el país que lo recibe; motivo por el cual, al asilado se le conoce también como asilado político. [...] El otorgamiento del mismo es un derecho del Estado asilante, más no una obligación; no hay limitaciones para otorgar el asilo ya que el Estado asilante tiene absoluta libertad al respecto, ni está obligado a explicar por qué lo concede o no. (VERANO, 2010, p.77)

Caracterizar o exílio é uma tarefa complexa que revela intrincadas ambiguidades e percepções. A dinâmica dos deslocamentos desafia aqueles que buscam definições e categorias diretas, pois não é de se estranhar que os indivíduos em trânsito podem alterar de status ou condições, passando, por exemplo, de refugiados e exilados a asilados. Movimento este almejado por aqueles que se encontram em situações de ilegalidade e desamparo institucional, em que a formalização e emissão de documentos tornam-se fundamentais para a retomada de suas vidas. Entretanto, apesar de ambos, refugiados e exilados, terem em comum a demanda pelo estado de asilo, esses possuem diferenças conceituais que também provocam ambivalências.

Os refugiados, portanto, deslocam-se em uma conjuntura de insustentabilidade em sua terra natal, geralmente ligados a conflitos políticos, étnicos, de credo e disputas territoriais. A violência e a arbitrariedade são, assim como para os exilados, o contexto central que força os traslados de pessoas para novos horizontes. Contudo, o poder de proporção da violência experimentado, sobretudo nos séculos XX e XXI, criou um elevado número de pessoas deslocadas em situações de vulnerabilidade, verdadeiras ondas de fugas desorientadas, as quais passamos a denominar de grupos refugiados. A esse contexto Edward Said sintetiza com o paralelo de que “[...] a diferença entre os exilados de outrora e os de nosso tempo é de escala: nossa época, com a guerra moderna, o imperialismo e as ambições quase teológicas dos governantes totalitários, é, com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa.” (SAID, 2003, p.47).

Dada a conjuntura e o processo que estão submetidos, os grupos de refugiados normalmente apresentam-se mais dispostos a uma adaptação na nova terra, o que difere por muitas vezes dos exilados, que percebem a luta pelo retorno como parte de seu

engajamento político, de forma que acabam por encarar a essa experiência afastada como episódio transitório, além de expressarem certa resistência à assimilação de uma nova vida (RONIGER, 2011). O exilado, portanto, não avista apenas a distância geográfica de suas raízes como principal fator de dificuldade na aceitação da condição exilar, pois para além, o exílio também assume uma conotação temporal marcada pela sensação de privação dos acontecimentos decorridos durante o período em que encontram-se afastados (SAID, 2003). Essa lacuna só pôde ser compensada com o esforço de se manterem ligados a seu passado e a seu país de origem através das atividades políticas e das denúncias às arbitrariedades que os coagiram ao deslocamento ao estrangeiro.

Sendo assim, temos de perceber o exílio como integrante de movimentos migratórios profundamente amplos e complexos, porém com suas especificidades, que conformam seu eixo principal: a violência e a ação política. Exatamente em função dessas características, o exílio não pode ser tratado apenas como um aspecto diluído nos processos históricos, visto que apresenta-se como marca de importante impacto político nas sociedades. O processo histórico da América Latina, por exemplo, encontra o exílio em suas raízes e possui significativa relevância ao contribuir no delinear da construção das identidades das sociedades latino-americanas. Nos últimos anos, o exílio político vem assumindo forma enquanto tema de análise da história latino-americana, ou seja, como eixo do pensar o desenvolvimento dessas sociedades e formações dos distintos Estados. Compreender a importância desse fenômeno, permite o explorar enquanto parte de um processo amplo e de longa duração, como instrumento institucionalizado de exclusão, com o qual compõe o definir ou o redefinir da identidade nacional da América Latina (SZNAJDER; RONIGER, 2009).

Apesar do exílio na região remontar aos princípios do século XIX, em que os processos de independências latino-americanos estiveram marcados pela exclusão e desterro de importantes figuras políticas, convertendo-se “(...) em uma prática política importante e um fator permanente na cultura política da América Latina.” (RONIGER, 2011, p.50). A lógica de terrorismo de Estado vividos na segunda metade do século XX, reconfiguram o exílio latino-americano de forma que as características anteriores reorientam-se para um processo amplificado que envolveu também outras camadas da sociedade (RONIGER, 2011) e serviria como instrumento de eliminação e isolamento daqueles que optavam pela contestação às ordens políticas autoritárias. Deste modo o

exílio passa a ser visto como fundamental para a compreensão dos processos políticos autoritários experimentados na América Latina.

Emergiu-se, assim, diversas pesquisas dedicadas ao exame do exílio e as suas relações com as ditaduras na região, ainda que sob perspectivas e leituras diferentes. Ainda na vigência de uma ditadura militar no Chile, Patricio Orellana (ORELLANA, 1981) concebeu um importante estudo a respeito dos deslocamentos de chilenos após o golpe militar de 1973. Além dos trabalhos sobre os casos argentino, com destaque para os trabalhos de Silvina Jensen (JENSEN, 2004), Pablo Yankelevich (YANKELEVICH, 2009) e Marina Franco (FRANCO, 2007), o brasileiro a partir das teses de Denise Rollemberg (ROLLEMBERG, 1999) e Teresa Marques (MARQUES, 2011), bem como dos estudos recentes de Cristiane Ávila Dias (ÁVILA DIAS, 2019) e Rodrigo Pezzonia (PEZZONIA, 2017). Tais obras mencionadas caracterizam-se pelas diferentes formas de abordagem à temática do exílio, em que exploram desde a análise do processo político à ressonância psico-social do deslocamento humano. Fato esse que apenas ressalta a complexidade e amplitude do exílio enquanto objeto de estudo. Sendo assim, esse trabalho pretende a inserir-se e a explorar esse campo, ciente das multiplicidades possíveis de análise, ao debruçar-se sobre o exílio de brasileiros com destino a Portugal em meados dos anos 1970, tendo sempre em conta a conjuntura de violência e perseguição àqueles que se opuseram às ditaduras latino-americanas.

2.2. Exílio e memórias

Explorar o exílio requer o exercício de análise das múltiplas memórias daqueles que o experienciaram, de modo que nos possibilite uma melhor compreensão do fenômeno exílio. As narrativas sobre o exílio devem ser compreendidas em toda sua complexidade como frutos de memórias que entrelaçam individualidades, pluralidades, traumas, concepções, conjunturas e também lacunas e fissuras.

A memória pressupõe um espaço e uma temporalidade experimentada pelo indivíduo. Contudo, o ato de recordar as experiências passadas remete à construção de uma imagem dessa história vivida, de forma que sua narrativa é dotada de significados e subjetividades individuais e coletivas. Isto é, o resgate da memória apresenta-se não como um ato pessoal, mas como destaca Maurice Halbwachs, as lembranças, apesar de pertencerem aos indivíduos, são determinadas na relação dos sujeitos com a sociedade e

o contexto em que estão inseridos. Deste modo, Halbwachs ao contextualizar a memória coletiva, aponta que a memória resulta da ação seletiva, bem como da interação entre as lembranças de vários indivíduos com o propósito de fundamentar uma “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 2006). Assim, a ideia de “exilados”, dialoga com a proposição de memória coletiva, uma vez que os indivíduos compartilham lembranças que os identificam como integrantes de grupos de pessoas que experienciaram o exílio.

No entanto, atentemos ao fato de que as experiências dos exilados são diversas, visto que os caminhos, os destinos, as ações e as reflexões no exílio e sobre o exílio são distintas. As lembranças e o exercício do recordar conferem especificidades à elaboração de memórias individuais sobre o mesmo processo histórico. O filósofo Paul Ricoeur tece reflexões que buscam estabelecer pontes entre as memórias individuais e coletivas. A construção dessas memórias seria resultado da dinâmica entre confrontos e entendimentos, ou seja, o espaço de intermediação de referências e lembranças sociais e individuais (RICOEUR, 2007). O estudo da memória, portanto, requer a compreensão da impossibilidade de dissociar o campo individual do coletivo e ao mesmo tempo perceber que toda lembrança parte de uma seleção de impressões de experiências vividas ou de acontecimentos.

Nesse contexto, Michael Pollak evoca o entendimento da memória enquanto campo em disputa, e que a construção de uma memória comum poderia estabelecer características de dominação e por vezes de violência ao privilegiar certo caráter hegemônico. Ainda, Pollak aponta para a importância dessa batalha pela memória para a escrita da história, ao ressaltar o papel da história oral enquanto método:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade (POLLAK, 1989, p.4).

Assim, a história oral tem contribuído para o alargamento das perspectivas de estudo da memória, ao ampliar a compreensão do sujeito histórico, bem como abrir

espaço às singularidades e subjetividades de outras vozes, em contraposição a uma noção hegemônica. A relevância historiográfica dada ao estudo da memória esteve associada ao que foi denominado de guinada *culturalista* das ciências humanas, de forma a tratar os testemunhos dos indivíduos que experienciaram contextos de extrema violência e trauma do último século. Para tanto, na busca de legitimar tais memórias excluídas dos registros oficiais e, fundamentalmente, com vistas a abordar os sofrimentos de acontecimentos violentos, tal qual a ditadura militar brasileira, manifesta-se a importância do testemunho (ROVAI, 2013). Como ressalta Marta Rovai, “Os que se dispõem a falar sobre suas dores assumem a tarefa de contar sua experiência particular emaranhada a outros destinos em comum e reforçam as vozes que se querem fazer ouvir.” (ROVAI, 2013, p.110). O historiador José Carlos Sebe Bom Meihy introduz, ainda, que trazer à cena os traumas silenciados na narrativa dos acontecimentos dotados de extrema repressão, como no autoritarismo, confere um traço testemunhal à história oral (MEIHY, 2010).

A análise sobre o lugar do testemunho, perpassa pela reflexão de suas possibilidades e impossibilidades, sobre a “verdade”, os silêncios e as lacunas. Defende Elizabeth Jelin, que “se trata de varios temas diferentes aunque relacionados en la elaboración de las experiencias de situaciones límite” (JELIN, 2006, p.63). Ainda, segundo Jelin, analisar o testemunho requer atenção, em primeiro lugar, as dificuldades para aqueles que viveram situações extremas em elaborar seus relatos, diante da possibilidade da negação do testemunho e do silêncio deliberado. Em um segundo momento estão as lacunas dos testemunhos, “a lo que se puede y lo que no se puede decir, lo que tiene y no tiene sentido, tanto para quien lo narra como para quien escucha.” (JELIN, 2006, p.64), e por fim, estão os usos dos testemunhos, em seu contexto e no decorrer do tempo (JELIN, 2006).

Deste modo, tais processos traumáticos e violentos, que em certa medida podemos incluir os deslocamentos, portanto, exigem o cuidado e a ética dos pesquisadores com a forma e as consequências dos trabalhos. Isto porque, como ressalta Rovai,

A prática da história oral testemunhal mantém olhos, ouvidos e espírito atentos ao relato do trauma, entendido aqui como ferida aberta na alma e no corpo por acontecimentos muitas vezes indizíveis, que encontram dificuldade para serem elaborados na forma de palavra. Sem nossa vontade de ouvir, não existe

possibilidade do testemunho enquanto narrativa. (ROVAI, 2013, p.134)

O desafio de lidar com o testemunho compreende tanto quem fala, quanto quem escuta. Para aqueles que prestam seus testemunhos, narrar torna-se um processo complexo. Isto porque, para além de rememorar, por muitas vezes as lembranças levantam questionamentos aos indivíduos sobre si e seu passado. Assim, a forma com que o depoente organiza suas memórias e as narrativas deriva de um delicado processo, ainda mais para aqueles casos que envolvem qualquer tipo de trauma.

Cumprе ressaltar, ainda, que o fato de indivíduos terem experienciado certa conjuntura ou acontecimento não os torna de imediato em testemunha. Uma vez que, para exercer a prática testemunhal sobre tal experiência, o seu desejo de narrar exige encontrar-se com um outro interessado em ouvir. Esse, que ocupa o espaço da escuta, também perpassa por uma série de dilemas que envolvem questionamentos sobre formas de abordagem, como comportar-se no processo de escuta, bem como trabalhar os testemunhos dotados de sensibilidades na elaboração da narrativa. Ainda assim, leva-se em conta a historicidade do testemunho, ou seja, tanto a possibilidade de relatar, como a de escutar se modificam com o passar do tempo (JELIN, 2006).

2.3. Sobreviver e resistir: ditadura e exílio

Antes de discutir a relação entre o exílio e as ditaduras, especificamente aquelas ocorridas na América Latina, é central resgatar que os estudos das mais diversas matrizes do conhecimento destacam a importância do exílio político enquanto parte do processo histórico e político da região. Como assinalado por Roniger, tal fenômeno marca o contexto de independências e constituição das nações latino-americanas no transcorrer do século XIX e desde então “tem sido um dos mecanismos centrais de dominação e de exclusão forjados pelas elites políticas latino-americanas a fim de se manterem no poder.” (RONIGER, 2010, p.92). Em meio à formação desses países, as disputas pelo poder e hegemonia local transformaram o desterro e expulsões em instrumento institucionalizado de punição política aos opositores, o uso do exílio como forma de neutralizar as ações e relações de adversários sem que fosse necessário sua eliminação ou execução.

Tal prática ao estabelecer-se recorrente durante o desenvolvimento das sociedades latino-americanas e na consolidação dos Estados-nação, adaptou-se às diversas conjunturas e contextos durante a passagem do século XIX para o XX, atingindo não mais apenas a elite política, assim como cidadãos pertencentes às classes populares inseridos em movimentos políticos. Nesses moldes, todos aqueles que se insurgissem contra a ordem vigente passam prontamente a receber a alcunha de “inimigos” da nação, sendo vítimas de perseguições, prisões e também expulsões. No Brasil do início do século XX, os conflitos políticos entre os recentes governos republicanos e os grupos contestadores, simbolizados na figura de imigrantes anarquistas e comunistas, foi utilizado como pretexto para a aplicação do exílio político como instrumento institucional de controle e coerção de tais sujeitos acusados de organizarem movimentos e manifestações contra a ordem (ÁVILA DIAS, 2019).

Apesar da prática da expulsão e exclusão de indivíduos se mostrar enquanto expediente da política brasileira, cumpre destacar que os regimes autoritários e ditatoriais que emergiram no país potencializaram essas ações e as associaram às suas práticas violentas de perseguições, prisões, desaparecimentos e execuções de opositores. O Estado Novo, regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas em 1937, ocupou-se de perseguir cidadãos nacionais e estrangeiros sob a justificativa desses difundirem ideias comunistas e representarem ameaça à política nacional, como descreve Cristiane Ávila Dias: “Na visão de Getúlio Vargas, os “comunistas”, também chamados de “vermelhos”, eram inimigos e deveriam ser expulsos do país porque defendiam uma ideologia perigosa, que tinha o objetivo de provocar agitação social e promover desestabilização na sociedade brasileira.” (ÁVILA DIAS, 2019, p.48).

No final do século XX, viu-se a multiplicação de regimes ditatoriais na América Latina. Governos democráticos fundamentados em experiências de reformas e mudanças estruturais políticas, econômicas e sociais foram destituídos e substituídos por ditaduras comandadas pelas armas, representadas na figura dos militares, e sustentadas pelas elites nacionais vinculadas à dependência e aos interesses políticos e econômicos estadunidenses. Contudo, cumpre destacar, que as ditaduras instauradas em Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai nos anos 1960 e 1970, possuíam distinções

significativas, mas em comum simbolizavam a lógica de segurança nacional e o discurso anticomunista.¹

Os vários regimes autoritários instaurados na região estabeleceram como princípio ideológico o que foi chamado de Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ou seja, um elemento teórico fundamentado na bipolaridade internacional e a permanência de um conflito global, entendido como um contexto de guerra permanente e total (BORGES, 2003). Deste modo, os países latino-americanos em virtude da aproximação geográfica e interesses políticos e econômicos, cumpriram com o papel de alinhamento aos Estados Unidos da América, obedecendo ao conflito permanente desse em relação ao denominado comunismo internacional. Para tanto, as ditaduras de segurança nacional na América Latina construíram a figura de um inimigo a ser combatido, adotando conceitos amplos como “subversivos”, “guerrilheiros”, “comunistas” e “inimigo interno” a todos aqueles que se enquadrassem em movimentos sociais, sindicatos, partidos, grupos e indivíduos, geralmente ligados às esquerdas do espectro político. Essa construção ideológica da ameaça, torna-se estratégica e serviu de justificativa para o uso amplificado da violência de Estado.

Assim, apesar do exílio apresentar-se na cultura política brasileira, esse fenômeno reconfigurou-se conforme as conjunturas históricas. A expulsão e a exclusão, entre o início do século XX e até meados dos anos 1960, tinham como atributo a coação de indivíduos. Contudo, com a instauração de uma ditadura sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, as práticas de extrema violência a um grupo abrangente de inimigos, os chamados “subversivos”, também tornaram o exílio em meio de sobrevivência daqueles que se viram alvos dos métodos repressivos, como prisões ilegais, torturas, execuções e desaparecimentos forçados, utilizados à época.

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou um longo período ditatorial, construído e sustentado por uma rígida estrutura estatal e ideológica. A ditadura militar brasileira desde seus primeiros dias realizou perseguições a movimentos sociais, sindicatos, partidos e lideranças políticas por meio do que ficou conhecido como Ato Institucional

¹ No caso do regime político implementado no Paraguai, o contexto se difere dos demais, pois o golpe aconteceu em 1954, e não esteve diretamente ligado a uma disputa ideológica, mas ao conflito interno de oligarquias adversárias. No entanto, a ditadura de Alfredo Stroessner alinhou-se prontamente à polarização ideológica (ESPOSITO NETO, 2011).

nº 1 (AI-1). Com a vigência desse novo instrumento normativo autoritário, suspendeu direitos políticos, promoveu cassações àqueles considerados opositores do regime e convocou eleições indiretas, ou seja, através do voto de parlamentares, para a escolha do Presidente da República. O AI-1, portanto, ensejava garantir a posição dos militares à frente do poder central, visto que dentre os nomes que tiveram seus direitos políticos cassados, vários eram membros da oposição no parlamento brasileiro que, assim, ficariam impossibilitados de participar do pleito que elegeu o general Humberto Castelo Branco. Assim sendo, o novo regime não demorou a aprofundar sua face autoritária e arbitrária, visto que,

Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). (BRASIL, 2014, p.98)

Nesse contexto, diversos brasileiros se viram excluídos e forçados a ficarem à margem da esfera pública nacional, perseguidos, presos e quando conseguiam escapar passavam para a clandestinidade ou partiam para o exílio, como até mesmo figuras de destaque como o presidente deposto, João Goulart. A historiadora Denise Rollemberg, valendo-se do uso do conceito de gerações, define esse primeiro grupo de exilados, marcado pela presença de sujeitos políticos experientes e intelectuais, mas que, em sua maioria, identificavam-se com mudanças pelas vias institucionais e com o projeto de reformas estruturais no país, intitulando-os de “geração 1964” (ROLLEMBERG, 1999, p.51). A partida desse primeiro grupo para o exílio esteve diretamente relacionada às impossibilidades de ação e de disputa por vias legais e institucionais com a nova faceta autoritária vigente. Uma vez deslocada do país, a geração 1964, em sua maioria, vislumbrava a possibilidade de retorno apenas quando “(...) do restabelecimento da ordem institucional, sem grandes esperanças na sua capacidade de interferir neste processo.” (ROLLEMBERG, 1999, p.64).

Passados os primeiros anos de ditadura, os militares não davam sinais de que sairiam do poder logo. De maneira oposta, a repressão se intensificou a partir de 1968, valendo-se da justificativa de quando os confrontos entre as forças militares e os

movimentos de contestação à ditadura se multiplicaram, a resposta das forças de segurança do Estado veio sob a forma do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Contra aqueles que a importunavam, a ditadura exacerbou o uso da violência e de ações criminosas, valendo-se de prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e execuções, como mecanismos de sua manutenção.

O terror de Estado², versado nas linhas do AI-5, impunha a sociedade brasileira a viver sob constante tensão, vigilância, e sem limites para a repressão, mediante a justificativa de combate ao chamado “inimigo interno” (PADRÓS, 2008). No intuito de monitorar e perseguir as atividades das pessoas e dos grupos, os militares edificaram e aprimoraram um aparato policial estatal abrangente e complexo, centralizado no Serviço Nacional de Informações (SNI) para a vigilância dos inúmeros militantes, e apoiada pelos braços armados do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Os anos seguintes evidenciaram o recrudescimento das ações militares e exacerbaram o ambiente de violência e insegurança. O terrorismo estatal generalizado moveu inúmeros jovens, estudantes e trabalhadores a ingressarem em organizações armadas. O intensificar do conflito acarretava cada vez mais baixas nesses grupos, que sofriam com prisões, torturas e viam seus companheiros e companheiras desaparecerem nas mãos das autoridades de segurança. Esse contexto intensificou o movimento de saída do país de muitos dos militantes das organizações armadas e não armadas como forma de preservar suas vidas, a liberdade e poderem sustentar suas convicções políticas. A importância desse segundo fluxo de exílios está não apenas no que Rollemberg denominou como a “geração 1968”, marcadamente mais jovem e de posições políticas revolucionárias (ROLLEMBERG, 1999), mas simbolizou uma mudança profunda em contraposição às experiências de exílio do passado, pois foi efeito direto da violência estatal direcionada a um número expressivo de adversários e tornando exponencial a saída de cidadãos do país (ÁVILA DIAS, 2019).

² Conceito em que a violência estatal amplia-se de forma institucionalizada, extrapolando o uso da força na repressão para conter descontentamentos sociais e políticos, de forma que os instrumentos coercitivos constitucionais são ignorados e julgados como insuficientes (PADRÓS, 2008).

2.4. “Vai meu irmão, pega esse avião...”: o exílio brasileiro

A canção *Samba de Orly*³ composta entre os anos de 1969 e 1970 transmitiu o recado do então exilado em Roma, o compositor Chico Buarque, aos que podiam regressar ao Brasil. Afastado de suas raízes e dos laços afetivos, Chico marcava nos versos seu descontentamento pelas circunstâncias em que vivia e o seu desejo pelo retorno: “*Você tem razão; de correr desse frio; mas beija meu Rio de Janeiro; antes que um aventureiro; lance mão*”.

Apesar da canção expressar a percepção do exílio por um exilado, cumpre destacar que o estudo sobre esse fenômeno não deve ser interpretado como uniforme. Além das diferentes “gerações” que compõem o exílio brasileiro, diversos outros aspectos e contextos caracterizam sua heterogeneidade e dinamismo. Analisar tal processo histórico exige levar em conta as singularidades dos sujeitos, as relações sociais, assim como a conjuntura política nas quais estavam inseridos. Assim, questões como quais fatores os levaram à partida, as condições de saída, os países de acolhida, os grupos nos quais se organizavam, os meios de manutenção, a adaptação a nova realidade, entre outras condicionantes outorgam a cada exilado uma experiência distinta, ainda que integrem a um processo coletivo⁴.

As saídas do Brasil receberam significados distintos, porém é possível delinear sentidos comuns entre as tantas pessoas que partiram. Um fator central de coesão desse processo está diretamente atrelado à violência estatal. A ditadura brasileira do “ame-o ou deixe-o”, lema ufanista utilizado à época e que em poucas palavras resumiu sua forma autoritária, estabelecia que aqueles que se opusessem aos militares no poder ou que mantivessem relações próximas com adversários, estavam submetidos ao “deixe-o”, ou seja, reféns de algum dos mecanismos de exclusão, como as prisões, as execuções, os desaparecimentos ou o exílio. Deste modo, a partida, sendo por expulsões, banimentos ou ainda que por decisão dos próprios indivíduos, não diminui a violência do exílio. O propósito de saída está rodeado de um cenário de repressão, medo e solidão, o que reflete diretamente no anseio e nas incertezas da partida. Como bem define Pezzonia: “Se o

³ Composição de autoria dos artistas Chico Buarque de Holanda, Toquinho e Vinícius de Moraes, gravada em 1971 no álbum “Construção” de Chico Buarque.

⁴ No sentido definido por Cristiane Ávila Dias, de que o exílio brasileiro historicamente passou por uma reconfiguração, transformando-se de uma esfera individual para um fenômeno social coletivo (ÁVILA DIAS, 2019, p. 92).

indivíduo deixa o país não é por voluntarismo, mas sim porque, de alguma forma, se sente coagido a fazê-lo. Quem se exila tem medo.” (PEZZONIA, 2017, p.17).

A busca em terras estrangeiras pela preservação da vida e por um lugar seguro para estar em liberdade, esteve de certa forma acompanhada da sensação de impermanência e brevidade daquela condição. Ainda que sob perspectivas diferentes entre os grupos de exilados, a maioria desses entendia, em seus primeiros meses e anos fora do país, que o exílio seria um meio de proteção da violência e das perseguições, mas que logo regressariam e continuariam suas atividades políticas. No período inicial, para o primeiro grupo de exilados cuja saída esteve diretamente atrelada ao contexto do golpe civil-militar de 1964, o exílio representava um curto intervalo para que a ordem política e seus atores se reorganizassem para que assim retornassem. Aqueles que chegaram ao exterior em época posterior, principalmente a chamada geração 1968, partilhavam do mesmo julgamento a respeito da duração do exílio, porém cientes da permanência dos militares no poder e do recrudescimento do regime, avaliavam que o tempo exilado lhes serviria para a organização da volta à resistência e treinamento para a luta contrária a ditadura (ROLLEMBERG, 1999).

Esse primeiro fluxo de exilados destinou-se, majoritariamente, aos países latino-americanos, principalmente aqueles próximos às fronteiras brasileiras. O estabelecimento nas proximidades, como em Uruguai, Argentina, Paraguai, refletia o ímpeto pelo retorno e pela manutenção dos projetos políticos. No entanto, vale ressaltar que ainda que o desejo fosse se manter o mais próximo do Brasil, o destino daqueles que se deslocavam dependiam, muitas vezes, das conjunturas e das relações políticas em que estavam inseridos. Nesse sentido, os destinos mais próximos não necessariamente representavam a segurança e a garantia de continuarem suas atividades políticas. Órgãos de informações da ditadura brasileira espalhados no exterior, como o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), bem como os serviços secretos dos países vizinhos monitoravam os exilados, compartilhavam informações e atuavam conjuntamente com objetivo de reprimir a ação desses grupos.

Ainda, o desejo pela permanência na América Latina esteve também associado às mudanças políticas e as agitações sociais que despertavam as esquerdas no continente, simbolizadas pela Revolução Cubana de 1959 e, posteriormente, na ascensão do projeto socialista de Salvador Allende no Chile em 1970. Havana e Santiago, portanto, tornaram-

se abrigo de centenas de brasileiras e brasileiros nessa primeira escala, que partiram carregados de expectativas e objetivos, ao deixar um país sob ditadura para viver de perto a implementação de projetos políticos revolucionários e preparar-se para o retorno. Contudo, cumpre ressaltar, a preponderância do país andino enquanto destino de grande parte da militância brasileira, uma vez que o projeto chileno para o socialismo conduzido pela Unidade Popular (UP)⁵ despertava possibilidades de organização e atuação dos movimentos políticos e sociais junto às mudanças propostas para o país, e isso incluía contar com o apoio e a colaboração dos grupos de brasileiros.

O golpe militar, em setembro de 1973, arruinou as pretensões da via democrática ao socialismo no Chile e retirou a vida do presidente Allende. Os projetos de transformações almejados pelos milhares de exilados latino-americanos que por lá estavam, assim como as perspectivas de retorno em breve foram frustradas: “(...) o momento era de olhar nos olhos o exílio, vê-lo como tal.” (ROLLEMBERG, 2007, p.4). Os grupos de exilados políticos brasileiros recebidos pelo governo chileno, acabaram obrigados a fugirem novamente, levados a mais um deslocamento em busca de acolhida junto a outros países, ou seja, o exílio dentro do exílio.

Apesar do desejo de permanecerem na América Latina, brasileiros, uruguaios e argentinos, acompanhados de milhares de chilenos partiram para a porta das embaixadas e consulados de outras nações sediadas em Santiago, à procura de segurança e asilo político. Alguns poucos serviços diplomáticos, como o sueco, o argentino, o mexicano, o panamenho, o italiano e o francês, além de abrigos provisórios montados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) deram suporte aos inúmeros militantes (PAIVA, 2004). Daquele momento em diante, a maioria dos brasileiros que ainda estava em grupos ligados às suas organizações políticas, teve dificuldades de manterem-se unidos e dispersaram-se individualmente ao buscarem suporte para saírem do Chile.

Nos versos “*Pede perdão; Pela duração desta temporada*” de *Samba de Orly*, Chico Buarque traduzia o sentimento da maioria dos exilados nesse outro deslocamento com destino ao continente europeu⁶. Chegando em países de culturas diversas às suas

⁵ Coalizão partidária chilena de orientação política de esquerda que alicerçou a eleição de Salvador Allende à presidência do Chile em 1970.

⁶ Vale ressaltar, que países das Américas Central e do Norte, bem como do continente africano também serviram de refúgio para diversos exilados provenientes do Cone Sul. No caso brasileiro, Rollemberg

raízes latino-americanas, brasileiras e brasileiros passaram a lidar com uma nova realidade de adaptações e dificuldades, tais como as diferenças de idiomas, de tradições e costumes, assim como as condições de refúgio, de documentação e trabalho. A perspectiva política de muitos daqueles militantes sofreria modificações, uma vez que não havia mais espaço para a provisoriedade do exílio, ou seja, a possibilidade de volta ao Brasil e a continuação de um projeto de derrubada da ditadura militar estava cada vez mais distante, os exilados conheceram de perto modelos políticos da Europa Ocidental, em que preconizavam-se os debates sobre democracia, direitos humanos, meio ambiente e outros mais. Contudo, o propósito revolucionário de muitos brasileiros exilados renovou-se com Portugal e sua Revolução dos Cravos.

define esse movimento como a segunda fase do exílio: “Foi a fase da diáspora, do exílio espalhado por diversos países.” (ROLLEMBERG, 1999, p.57).

3. “Canta a primavera, pá”: Portugal e a revolução

3.1. Do Estado Novo a “Abril”

O século XX foi marcado por mudanças políticas que afetaram profundamente a sociedade portuguesa. Dando fim ao período monárquico, a Primeira República emerge, porém, mergulhada em um cenário de instabilidade política. Em um curto intervalo de dezesseis anos, a República portuguesa demonstrou extrema dificuldade de manutenção das instituições, da ordem e da continuidade administrativa, situação essa ressaltada pela intensa alternância das figuras de comando no poder (ROSAS, 2004). Diante as dificuldades políticas, sociais e econômicas, o movimento de sublevação de militares, aliado a outros setores tradicionais, pôs fim ao regime republicano e com o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, suspendeu a Constituição de 1911, bem como dissolveu o Parlamento.

Dentre os diversos fatores pelos quais a república parlamentar sucumbiu, vale destacarmos as dificuldades de convivência entre a tentativa de uma democracia parlamentar, de uma base econômica apoiada no mercado e na indústria, com as estruturas aristocráticas, corporativistas e economicamente conformadas no modelo rural (MARTINHO, 2007). Deste modo, a experiência da Primeira República portuguesa expõe a dinâmica de aproximação e rejeição ao liberalismo vigente na Europa nas décadas subsequentes à Primeira Guerra Mundial. No entanto, com a ruptura institucional do golpe de 1926 e com a posterior consolidação do Estado Novo (1933-1974) estabeleceu-se uma perspectiva conservadora e tradicionalista para o caso português, que como destaca Francisco Palomanes Martinho, “ancorava-se em um eficiente discurso que remetia, a todo instante, a um passado legitimador.” (MARTINHO, 2007, p.12).

Começava assim, uma das mais longevas ditaduras, atravessando mais de quarenta anos sob um regime autoritário e conservador. A ditadura liderada por militares, em seu primeiro momento, ostenta dos instrumentos arbitrários, impondo desde pronto censura à imprensa, proibição de partidos e organizações políticas, bem como a perseguição a seus opositores. No entanto, apesar do papel central dos militares na implementação da ditadura em Portugal, a face da maior parte desses anos ditatoriais foi a do professor da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar (1889-1970), sucedido pelo também professor, Marcello Caetano (1906-1980).

A chegada de Salazar ao poder deu-se, primeiramente, ao ser escolhido Ministro das Finanças, com a responsabilidade de buscar saídas para as profundas dificuldades financeiras das quais sucumbia o país, de modo a reerguer e pôr em ordem a economia do país. Para tanto, o novo ministro apoia-se em uma política austera, alinhada a um discurso conservador e regenerador da moral e das raízes nacionalistas. Tais valores não apenas permaneceram, bem como foram aprofundados ao sustentar o pilar ideológico do regime que passou a ser conduzido por Salazar, após assumir a presidência do Conselho de Ministros e a edificação do Estado Novo. Como bem sustenta Fernando Rosas,

O propósito era o de estabelecer uma ideia mítica de «essencialidade portuguesa», transtemporal e transclassista, que o Estado Novo reassumira ao encerrar o «século negro» do liberalismo e a partir da qual se tratava de «reeducar» os portugueses no quadro de uma nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial. (ROSAS, 2001, p.1034)

O Estado Novo ou que convencionou-se também chamar de Salazarismo, fundamentam inúmeros debates por suas características, estruturas e rumos. Contudo, neste trabalho não delinearemos todas as questões afeitas ao salazarismo, pois, além de essas serem devidamente analisadas nos mais diversos estudos e produções historiográficas sobre o tema, o objeto deste trabalho remonta ao período posterior. No entanto, há dois pontos centrais a serem considerados, visto a sua ressonância na análise do período revolucionário de 1974 e ao processo de exílio dos brasileiros em Portugal. Assim, torna-se imprescindível compreendermos o corporativismo autoritário e a política colonial salazarista.

A estrutura corporativa portuguesa, podemos assim dizer, que fundamenta-se em uma concepção de Estado em que todos os setores da política, da economia e da sociedade foram organizados em instituições e corporações, de forma que tais grupos são orientados em uma espécie de hierarquização social controlada pela ação do regime político autoritário e centralizador. O modelo corporativo, como bem identifica Manuel de Lucena ao analisar a obra do historiador estadunidense, Howard J. Wiarda, *Corporatism and Development: the Portuguese Experience*, representou também uma resposta das sociedades conservadoras às transformações impostas pelo capitalismo, pela industrialização e pelo liberalismo, ou seja, o corporativismo foi “filtrando cuidadosamente as tendências modernizantes”, moderando o desenvolvimento com as antigas tradições e instituições (LUCENA, 1981, p.418)

A face política do corporativismo português foi consagrada na Constituição de 1933, com a fundação do Estado Novo. Fechando-se sob um regime autoritário de inspirações fascistas, Salazar mantém-se no poder ao edificar um sistema rígido de controle da sociedade portuguesa, valendo-se do uso de estruturas estatais burocráticas para sufocar os conflitos sociais e de classes, controlar as relações de trabalho, e os valores morais dos cidadãos portugueses. Cumpre destacar que tais estruturas do Estado Novo foram, também, permeadas por um projeto ideológico totalizante, que vislumbrava a concepção de uma ideia de unidade nacional avessa a diferenças. Fernando Rosas elenca, dentre o que denominou “mitos ideológicos fundadores” do salazarismo, o “mito da ordem corporativa” como a expressão dessa unidade hierarquizada e autoritária, porém apresentada pelo regime como “uma hierarquização social espontânea e harmoniosamente estabelecida como dado intemporal, no quadro de uma sociedade orgânica e regida por essa máxima que Carneiro Pacheco com tanta felicidade sintetizara: «Um lugar para cada um, cada um no seu lugar.»” (ROSAS, 2001, p.1035). Na concepção dos teóricos ideológicos do Estado Novo, esse ostentava as condições de solução corporativa capaz de exprimir o que consideravam ser a essencialidade da sociedade portuguesa “uma vocação de ordem, de hierarquia e de autoridade natural.” (ROSAS, 2001, p.1036). A manutenção do Estado Novo, portanto, não sustentou-se sob o discurso da ordem ou da autoridade como inclinação dos portugueses. Salazar e seu projeto antiliberal, lançaram mão do uso da repressão e da violência durante as mais de quatro décadas de ditadura. O regime fascista português contou com as Forças Armadas e a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), como alguns de seus principais instrumentos para a sustentação do autoritarismo.

Foram, também, essas mesmas instituições pilares para uma das principais políticas de António Salazar. A construção e manutenção do chamado império ultramarino português só foi possível em virtude de um sistema colonial, estruturado em uma constante atuação violenta do Estado. Salazar “imprimiu um nível de repressão política equiparável às experiências fascistas e totalitárias e foi construído, metódica e detalhadamente como uma obsessão.” (AUGUSTO, 2011, p.32), para além, a manutenção da colonização em território africano e a posterior instauração da guerra, não deve ser compreendida apenas como face de um desejo individual de Salazar ou como difundido na leitura econômica capitalista, da “preservação” de um sistema arcaico de obtenção de mão de obra e mercado.

Retomemos a Fernando Rosas e seus apontamentos aos mitos ideológicos, em que entre esses, abordou o aspecto ideológico do colonialismo português e o denominou de “mito imperial”. Rosas, ao tecer sobre tal conceito, argumenta que aos idealizadores do Estado Novo coube a construção do preceito ideológico colonial, no qual a aspiração portuguesa de império remonta ao período monárquico, atravessa o republicano e mergulha na ditadura, fundamentados pela concepção portuguesa do “duplo aspecto de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar.” (ROSAS, 2001, p.1034). Reforça ainda que tal noção apresentou-se no Acto Colonial de 1930, promulgado no período que Salazar atuou de forma interina como ministro das Colônias, documento esse que “Dizia o Acto Colonial de 1930, no seu artigo 2.º: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas.»” (ROSAS, 2001, p.1034). Deste modo, o pensamento e a prática colonial compreendiam ideologicamente a ideia de uma nação predestinada aos domínios ultramarinos de forma a consolidar um império nacional “pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável.” (ROSAS, 2001, p.1035).

Manter tal projeto político, econômico e ideológico exigia usos e abusos da repressão. A guerra colonial teve um altíssimo custo, para todas as partes, marcando profundamente as vidas dos povos em África, até aos integrantes das Forças Armadas portuguesas colocados nos territórios em conflito, notadamente, em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Os vários anos de conflitos e violência, reforçados pelo desejo salazarista de dominação e a negativa da existência de uma guerra, pouco a pouco ampliou as pressões políticas internas e externas. A ação colonial portuguesa recebeu forte reprovção internacional, visto que nos anos 1960 o tema da descolonização mobilizou os fóruns internacionais de nações, chegando a pautar o Conselho de Segurança da ONU. As discussões e resoluções negativas em âmbito exterior, porém, não levaram as autoridades do Estado Novo a rever seu posicionamento em África. Efetivamente, Salazar aproveitou o fato em que a Revolução Cubana emergia como obstáculo para o Ocidente, além da tensão permanente da Guerra Fria, para tentar ser esquecido e isolar-se da comunidade internacional (AUGUSTO, 2011).

As tentativas do comandante do Estado Novo de camuflar suas ações autoritárias nas colônias, bem como relativizar os conflitos armados que vinham ocorrendo, não passariam tanto tempo despercebidas pela comunidade internacional. Salazar insistia em sua percepção de que a crise africana estava relacionada à influência externa de outros

países que, no seu entendimento, desejavam assumir o controle da região e seus recursos. Para tanto, o presidente do Conselho dos Ministros defendia em seus discursos que os povos colonizados africanos “necessitavam” da tutela de grandes nações, pois não teriam experiência, prática e capacidade de construir seus próprios rumos. Assim, a sua percepção era de que a saída de Portugal de África acarretaria na submissão desses povos a outras nações, ou seja, uma nova colonização ou um retrocesso civilizatório. Portugal acabou por pagar o preço, dado que foi aprovada uma censura em razão da postura perante a situação das colônias, assim como se viu obrigado a demover sua pretensão de ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas (AUGUSTO, 2011).

Além das tensões externas, o Estado Novo convivia com preocupações em seu cenário interno. A crise do colonialismo, acelerada pela insistência no conflito anti-subversivo, inflou a insatisfação social de inúmeros setores da opinião pública e tornou-se preocupação para aqueles grupos ainda próximos ao regime. Somado a esses questionamentos, as condições econômicas portuguesas deterioraram profundamente, de forma que as condições da metrópole pioravam ao mesmo tempo que o governo sustentava elevados gastos com a guerra. Em meados dos anos 1960, manifestações públicas nas ruas das grandes cidades, como Lisboa, Coimbra e Porto, contrárias à ditadura e a guerra colonial foram duramente reprimidas. Grupos importantes no apoio a Salazar, como a igreja católica e as Forças Armadas, começam a demonstrar insatisfação com os rumos do país e passam, ainda de forma não majoritária, a posicionar-se na oposição. A instabilidade e os conflitos se arrastaram por mais alguns anos, mas equilibrando-se no braço violento do Estado e nas tentativas de Salazar de dirimir os problemas econômicos, o isolamento diplomático e as perdas com a guerra.

Em 1968, contudo, a queda de António Salazar de uma cadeira contribuiria para a queda do Estado Novo. O posto da presidência do Conselho de Ministros precisava de um substituto, ainda que Salazar tenha passado os seus últimos anos de vida ludibriado de que seguia no comando do país. Marcello Caetano, um dos políticos próximos e de confiança de Salazar, aceitaria a função e submeteu-se, também, a tal encenação. A substituição, porém, não resultou em mudança de postura do regime e alterações substanciais da estrutura de poder. A insatisfação crescente na sociedade portuguesa permanecia diante a insistência da guerra e da repressão. A oposição ganhava cada vez mais corpo e apoio, ao contar com manifestações estudantis, greves de trabalhadores, fortalecimento das classes políticas liberais, socialistas e comunistas e, principalmente,

os questionamentos e insubordinações dos militares. Obviamente, as reações do regime foram violentas,

(...) preocupar-se em aumentar significativamente o contingente de presos políticos, em reprimir com mais vigor as manifestações da oposição e intensificar ainda mais a repressão ao meio acadêmico - com o fechamento de faculdades, como a de Letras da Universidade de Lisboa, e o encerramento de associações estudantis -, de forma que na altura de 25 de abril de 1974 havia apenas duas universidades abertas em todo país. (AUGUSTO, 2011, p.73)

Em pouco tempo, diante um cenário de desgaste nas guerras em África e a crescente insatisfação de oficiais de baixo escalão com as condições em que estavam submetidos, surge o Movimento dos Capitães. As Forças Armadas, especificamente capitães e majores, antes vista como braço de apoio à ditadura, se voltam contra o Estado Novo, a Marcello Caetano e à insensatez da guerra colonial. Militares assumiram o protagonismo político da oposição e em 25 de abril de 1974, o agora já organizado Movimento das Forças Armadas toma as ruas de Lisboa e é recebido pela população com seus cravos.

3.2. “As portas que Abril abriu”: a Revolução e os brasileiros

Na madrugada daquele 25 de abril, ao serem alertados pela canção de Zeca Afonso, *Grândola Vila Morena*, os militares portugueses saem em marcha, ocupando as ruas e praças da capital Lisboa. A noite se transformou em dia e o Portugal sombrio abriu-se a uma multidão que efervescia, ainda sem entender bem o que acontecia. Enquanto parte das forças seguiram para o Quartel do Carmo, para negociar a rendição do ainda presidente do conselho Marcello Caetano, alguns poucos conflitos foram registrados em confrontos com a PIDE/DGS, que tentou resistir à onda que tomava o poder. Os cravos espalhados pela cidade, colocados nas armas dos militares, simbolizavam a mudança que chegava armada, porém de flores.

A Revolução espantou para além das fronteiras, o movimento do exército português reivindicando o antifascismo, a liberdade e a democracia fugia ao padrão das forças militares de outros países ao redor do mundo naquele mesmo período. Os regimes

fascistas europeus e as ditaduras na América Latina do século XX, marcados pelo protagonismo militar, eram notadamente reconhecidos por ações autoritárias, conservadoras e anticomunistas. Quando do 25 de abril, ainda pairava sobre o mundo as imagens violentas do golpe militar comandado por Augusto Pinochet contra a democracia socialista de Salvador Allende no Chile, seguido das inúmeras prisões, desaparecimentos e mortes.

O impacto da tomada do poder em Portugal foi sentido de forma ambígua pelos brasileiros e brasileiras que já se encontravam deslocados, em fuga das perseguições das ditaduras. Como Maria do Carmo Brito, militante da Política Operária (POLOP), do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) retrata ao receber a notícia:

Estava na Bélgica quando soubemos da Revolução dos Cravos. Fui imediatamente para Portugal, em agosto de 1974. Os demais da família foram alguns meses depois. [Foi] Alegria, alegria. A música do Chico [Buarque de Hollanda] é perfeita. Lá faz primavera, faz. Cá estou doente. Manda urgentemente um raminho de alecrim. (BRITO, 2020)

Todavia, Moema São Thiago, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) recorda o episódio, em entrevista para a tese de doutorado de Rodrigo Pezzonia, com preocupação: “Na noite do golpe era um batendo no quarto do outro [estavam em um hotel], correndo de um hotel para o outro. ‘Um golpe em Portugal! Um golpe em Portugal! É a direita...’ E ninguém tinha noção achando que era mais um golpe da CIA.”⁷

A Revolução seguia em busca de estabelecer-se em meio às instabilidades políticas enfrentadas pela Junta de Salvação Nacional e os governos provisórios que se sucederam, tendo que lidar com os entulhos de um Estado arcaico, autoritário e burocrático deposto na intenção de apresentar um modelo que permitisse um governo civil, democrático, pluripartidário e de eleições livres. As notícias vindas de Portugal, agora chegavam aos exilados brasileiros ao redor do mundo com certo entusiasmo e esperança. Com destaque para aqueles que, já vinham em fuga do Brasil, pousaram no Chile em busca de seguirem na luta política, acabaram experimentando a barbárie novamente. Brasileiros e inúmeros outros estrangeiros, majoritariamente latino-americanos, tiveram suas expectativas frustradas de manutenção da via democrática ao

⁷ SÃO THIAGO, MOEMA. Entrevistador: Rodrigo Pezzonia. In: PEZZONIA, 2017, p. 98.

socialismo e do retorno em breve aos seus países. Aos milhares, buscaram asilo nas embaixadas e consulados na capital chilena de Santiago, em busca de segurança e um novo destino. A embaixada argentina foi uma das principais moradas para essas pessoas, vistas como opositores da ditadura chilena e possíveis alvos das forças militares, e sob os cuidados dos funcionários consulares e contando com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) passaram longos dias e meses, enquanto aguardavam a possibilidade de algum país do mundo afora acolher seus pedidos de entrada, para que assim pudessem partir do Chile e das precárias condições em que se encontravam.

Essa foi a situação pela qual passou Maurício Paiva, dirigente do movimento estudantil à época, integrante da COLINA e posteriormente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Paiva recorda: “Em abril de (19)72 fui para o Chile. No Chile fiquei até depois do golpe. Dias depois entrei na embaixada da Argentina e saí para o território argentino, primeiro para o Norte, para Corrientes e depois de um mês e pouco, eu consegui me deslocar para Buenos Aires e fiquei até o golpe em Portugal.”. Relato similar ao de Chizuo Osava, também militante da VPR:

A gente se juntou tudo no Chile. Em (19)72 e (19)73 o pessoal foi tudo indo pro Chile. A gente tinha um grupo grande lá (em Cuba). No Chile toda a esquerda latinoamericana exilada foi parar lá, concentrou por lá. Até o golpe. Eu cheguei no Chile em janeiro de (19)73. Pois é vivi (19)73 lá até o golpe. No Chile a orientação e o que a gente queria era tentar resistir. Só que eu não tinha documento nenhum, eu tava no Chile completamente indocumentado. Eu tinha chegado com um documento falso que tive que devolver, fiquei sem nada. (...) Na verdade a gente (brasileiros) dava era um trabalho danado, porque tinham que me guardar, viver na clandestinidade, usar os aparelhos. Então conversamos e vimos que não tem jeito, vamos ter que sair mesmo. Embaixada. (...) Procuramos as embaixadas, só que já estavam tudo ocupadas, todas e vigiadas. Conseguimos a informação que só tinha uma embaixada que ainda estava livre que era do Panamá. Só que era um apartamento, a sorte que era um apartamento térreo. Um apartamento de três quartos onde funcionava a embaixada. Entramos e já tinha umas trinta pessoas. Começou a encher, encher e chegou a ficar duzentas pessoas. Entupindo o apartamento. (OSAVA, 2020)

Os deslocamentos continuavam sob o horizonte de fuga, ainda que houvesse o anseio do retomar para seguir o combate à ditadura no Brasil, mas voltar representava perigo, como relatou Paiva: “Nós não voltamos para o Brasil. Quem voltou morreu. Só

dois do nosso grupo voltaram e morreram. Caíram na mão do Cabo Anselmo⁸. Voltaram para morrer. Fui contra, fui contra voltar naquele momento, era contra voltar naquela situação.”(PAIVA, 2018). Diante a impossibilidade do retorno, o fim do sonho chileno de transformação social e política e as incertezas sobre o próximo destino, os exilados só tinham como saída tentar a sorte e seguir buscando acolhida. Vale destacar, que alguns dos brasileiros que chegaram ao Chile e tiveram que partir às pressas, já haviam passado por outros países. Nos casos de Chizuo Osava, Maria do Carmo Brito e Maurício Paiva, por exemplo, os três haviam sido presos e depois banidos, após serem “trocados” junto com outros militantes pela libertação do sequestro de embaixadores e funcionários consulares estrangeiros no Brasil. Ainda, era comum entre alguns grupos que decidiram pela linha armada de oposição realizarem treinamentos em Cuba, com o objetivo de retornar e combater a repressão militar brasileira. De todo modo, permaneciam os exílios dentro do exílio. Essa instabilidade e impermanência do processo de exílio, são marcas com as quais a maior parte dos brasileiros exilados experienciaram.

Ainda, é importante destacarmos o aspecto comum dos três militantes, o fato de terem sido banidos do Brasil. Inclusive, Maria do Carmo Brito ressalta tal condição: “Não me exilei. Fui banida do Brasil para a Argélia em 1970.” (BRITO, 2020). O banimento, majoritariamente, foi uma figura jurídica de punição tramada pela ditadura militar para com aqueles presos políticos que conseguiram suas solturas após serem trocados por autoridades estrangeiras sequestradas pelas organizações opositoras ao regime. O sequestro de tais figuras almejava a liberdade dos presos políticos, que conseguiram sob o signo do banimento, ou seja, da exclusão formalizada pela violência política e jurídica. No entanto, apesar da validade da posição de Brito, entendemos a violência da exclusão em razão da ação política dos sujeitos como o princípio teórico do que é entendido enquanto *exílio*, o que baliza tanto àqueles banidos formalmente, quanto aqueles extirpados das condições de ação política e, fundamentalmente, das condições de sobrevivência e, que por esses fatores viram-se obrigados a sair do país.

Seguir era o caminho, o destino era a dúvida. Essa foi a angústia vivida na expectativa de saberem qual seriam os próximos destinos, à espera de conseguirem

⁸ José Anselmo dos Santos, conhecido como Cabo Anselmo, marinheiro cassado e expulso da Marinha nos primeiros anos da ditadura militar. Viveu na clandestinidade passando por diversos países e integrando posteriormente a VPR. Anselmo é identificado como agente duplo por diversos militantes e por documentos que registraram ações enquanto policial infiltrado, responsável por entregar o paradeiro de inúmeros militantes que acabaram presos, torturados e alguns desses mortos ou desaparecidos até hoje.

autorizações e documentos que os permitissem residir em outros países após o drama vivido nos últimos dias. A saída do Chile arrefeceu o entusiasmo revolucionário de muitos brasileiros, visto a desestruturação de várias das organizações políticas e as frágeis condições de se manterem engajados. Nesta conjuntura, o exilado, aquela figura política deslocada de suas raízes, começa a ser transformado na narrativa internacional em refugiado, principalmente quando da chegada na Europa. Um conceito que os exilados, em sua maioria, rejeitavam e resistiam a tal caracterização. A ideia de homogeneidade, carregada de invisibilidades e de destruição das diferenças de nacionalidades, contextos históricos, da ação política, os transformavam em fugitivos de um mundo em conflito (ROLLEMBERG, 2007).

Em meio à negativa e à resistência da ideia de refugiado, apesar de grande parte dos exilados terem partido para Europa, local que já gozava, majoritariamente, de regimes políticos estabelecidos, alguns sentiam, com a notícia que chegava de Portugal, a possibilidade de continuar a atuação política junto à Revolução dos Cravos. Maria do Carmo Brito e Chizuo Osava, que haviam se conhecido em Santiago e casaram às vésperas do golpe chileno, foram recepcionados na Bélgica, após os dias na embaixada e breve passagem pela capital panamenha. Assim que souberam dos acontecimentos em Portugal abriram mão do conforto e da estabilidade para seguirem o impulso revolucionário em Lisboa. Brito via naquela oportunidade a possibilidade de viver por aquilo que lutava e fica perceptível seu ímpeto pelas palavras de seu companheiro:

Veio o 25 de Abril, a gente soube a notícia lá na Bélgica. A Maria ficou ouriçada e falou: “Vou para lá!”. (...) A Maria do Carmo já havia trabalhado com uns portugueses exilados aqui no Rio de Janeiro nos anos (19)60. Logo depois do golpe (militar de 1964 no Brasil). Ela conhecia alguns dos caras lá e tal. (...) Quando veio o 25 de Abril, Maria do Carmo ficou doida! (OSAVA, 2020)

A percepção sobre o processo de exílio de cada um dos sujeitos altera-se conforme a conjuntura e as reações a essa. Os deslocamentos, diante as incertezas e o desconhecido, conferem singularidades a cada experiência vivida. Os exílios tomam formas individuais de interpretação, ainda que os destinos se cruzem com os outros indivíduos que experimentam condições similares. Maurício Paiva revela em seu relato sobre a série de deslocamentos a que foi forçado, que o anúncio do golpe português mudou completamente seu caminho. O ex-dirigente estudantil tinha garantido o apoio financeiro do Ministério de Imigrações argentino com o apoio do ACNUR para custear o bilhete de

partida da Argentina. Para tanto, necessitava apenas a autorização de entrada de algum país disposto a recebê-lo. Depois de muitas negativas, Paiva consegue um visto de viagem, para ele e sua companheira, à Noruega, porém na condição de turista e com prazo estabelecido para retorno. De todo modo, já sem outra saída, Maurício Paiva, então decidiu tentar partir para o país nórdico, mas com a ideia de talvez, chegando lá conseguir sair para Estocolmo, cidade que havia recebido vários outros brasileiros oriundos do Chile, inclusive afiliados a sua organização política. Contudo, o acontecimento do abril português mudaria o contexto e abriria uma nova porta ao brasileiro. De porte do bilhete com destino a Oslo em mãos, embarcou, mas em sua primeira escala em terras lisboetas, desembarcou para onde menos esperava chegar:

Eu ia para a Noruega. Só que mais uma vez, a sua circunstância, você não decide o seu destino. Assim, sem mais de repente vem uns *milicos* (militares) portugueses e derrubam um regime desse, ali na porrada de um dia. Mudam a situação em Portugal radicalmente! De uma hora para outra! (PAIVA, 2018)

Enquanto a Revolução das flores buscava se estabelecer e definir seus rumos políticos e institucionais, o fluxo de pessoas para Portugal também se tornava mais uma das preocupações. A maior preocupação estava em como lidar com o número e as condições dos *retornados*, designação dada aos colonos portugueses que regressaram à metrópole após o governo provisório do Movimento das Forças Armadas aceitar a independência das colônias africanas, muito em virtude da grande pressão política internacional, dos movimentos de libertação nacional, bem como da opinião pública portuguesa⁹. A chegada dos repatriados aos milhares, acelerou-se em razão dos conflitos armados nas ex-colônias, e esses ao desembarcarem na metrópole encontraram o Estado português imerso em dificuldades sociais, econômicas e políticas.

Quando da chegada dos exilados latino-americanos, não havia uma política estabelecida com vistas ao acolhimento dos estrangeiros, restando a grupos da sociedade civil, majoritariamente, militantes antifascistas e antisalazaristas, em prestar apoio financeiro e material por meio da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas (CNARPA). A ação direta do governo português só viria algum tempo depois, seguindo as convenções internacionais das quais se tornou signatário e garantida

⁹ Cumpre destacar que a origem do termo “retornados” em Portugal deu-se em razão do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), organização então criada para apoiar a chegada e a integração da população portuguesa que vivia nas colônias africanas até as independências. Porém, o nome acaba por tornar-se pejorativo e um estigma social (PERALTA, 2019).

no Artigo 33 da Constituição da República Portuguesa, promulgada em 1976 (FREIRE, 2011).

O historiador Rodrigo Pezzonia ressalta, ainda, que as primeiras levas de exilados latino-americanos vieram da Argentina, em retirada do Chile e foram recepcionados enquanto fugitivos da ditadura chilena, ou seja, independente da nacionalidade dos indivíduos, foi concedido acolhimento em razão do contexto do golpe militar no Chile. Assim, Pezzonia revela que nas listas de exilados chegados a Portugal, constavam não só chilenos, como também havia uruguaiois, argentinos, bolivianos e brasileiros. De modo que aponta para o fato de que essa situação revelava um “*modus operandi* das instituições políticas portuguesas e, por vezes mesmo pelos populares, a imediata junção da condição de exilado chileno também ao brasileiro, sendo que, em alguns momentos, na documentação analisada estes eram erroneamente agregados aos números e estatísticas chilenas.” (PEZZONIA, 2017, p.77).

Apesar de ter sido essa a sua rota de fuga, Maurício Paiva não esteve entre os exilados amparados diretamente por ações de organizações de acolhida. Em sua chegada a Lisboa, contou com uma rede de apoio de amigos e pessoas próximas à sua então companheira, que havia chegado a Portugal alguns dias antes e feito contato com membros do Partido Socialista (PS). Assim descreveu Paiva sua chegada e recepção:

Eu cheguei em Lisboa ela (Solange, sua companheira) já estava trabalhando no Partido Socialista. Há dois ou três dias depois (que havia chegado). Ela estava trabalhando e tinha encontrado portugueses que viveram no Rio de Janeiro exilados. (...) O secretário do PS era o Tito de Moraes. O Tito de Moraes era exilado português. (...) Ele morava aqui no Brasil, exilado. (...) No dia seguinte ao que cheguei fui à sede do PS e eu logo fiquei amigo do Tito. O Tito foi meu amigo o tempo todo em que vivi aí em Portugal. Daí fui conhecendo outras pessoas no PS. (PAIVA, 2018)

Assim como Paiva, Maria do Carmo Brito e Chizuo Osava contaram com a solidariedade dos portugueses, particularmente, daqueles que já haviam experienciado o exílio no Brasil, onde se refugiaram da perseguição salazarista. Maria do Carmo retrata de quando da sua chegada, “Já estava montado um acolhimento das pessoas vindas do Chile. Havia uma enorme solidariedade. Encontrei um colega de trabalho, no Brasil, na enciclopédia Delta Larousse. Foi uma ponte para trabalhar (em Portugal).” (BRITO, 2020). Todavia, o casal chegou a Lisboa acompanhado da família, do filho e da mãe de

Maria do Carmo, vindos da Bélgica, ou seja, não estavam diretamente ligados às ações de acolhimento àqueles que vinham fugidos da ditadura chilena que, por sua vez, eram recebidos e acomodados em alojamentos disponibilizados na Costa da Caparica (PEZZONIA, 2017).

As dificuldades em receberem apoio institucional de Portugal, nesse primeiro momento, de intensa instabilidade política com o Processo Revolucionário em Curso (PREC), uma sucessão de governos provisórios, dificuldades econômicas e sociais, os exilados brasileiros que se estabeleceram no país contaram com o apoio de figuras e organizações políticas em suas chegadas e adaptações. Pela proximidade ideológica, posteriormente transformada em afetiva para com o processo revolucionário português e seus integrantes, os exilados conseguiram se estabelecer, depois de tantos deslocamentos. Em sua maioria, conseguiram teto, trabalho, além de se envolver politicamente na realidade portuguesa do período. Paiva, no entanto, narra certa dificuldade para obter a documentação necessária que legalizasse sua condição no país. Contando com o suporte de integrantes do PS, buscou a Polícia de Estrangeiros que apenas emitiu um recibo de solicitação de documentos, que o serviria como identificação provisória por mais de dois anos (PAIVA, 2004). A falta de apoio do governo português em subsidiar as condições dos estrangeiros exilados que chegavam, minou o desejo desses em participarem da revolução que almejavam realizar em suas pátrias. Paiva retrata tal condição:

O processo revolucionário que se desenrolava em Portugal exercia certa atração sobre muitos refugiados latino-americanos radicados em outros países da Europa, especialmente sobre os brasileiros - o mesmo fascínio que exercera o processo chileno. Porém, a instabilidade política - o Chile estava bem vivo na memória de todos - e a dificuldade de conseguir emprego e documentação de residência em Portugal exerciam efeito contrário, dissuadindo a maioria dos que desejavam mudar para Lisboa e empurrando para Paris alguns dos que haviam encontrado em Portugal o primeiro pouso. De modo que o número de refugiados latino-americanos em Portugal jamais chegaria à casa de uma centena, enquanto em Paris eles contavam aos milhares. (PAIVA, 2004, p. 216)

Tal situação se opunha à dos retornados, pois como afirmamos anteriormente, receberam maior preocupação e suporte do Estado. Alguns desses apoios foram acessos aos alojamentos gratuitos e mecanismos preferenciais de acesso ao mercado de trabalho. Contudo, diante das dificuldades por que passava a sociedade portuguesa no período pós-revolucionário, além dos desgastes advindos dos anos de guerra colonial, o acolhimento

dado aos retornados foi interpretado por parte da sociedade portuguesa enquanto privilégio aos indivíduos tratados como ex-colonos. Como ressalta Peralta, os retornados “De uma forma geral eram malvistos pela população metropolitana. Eram acusados, por vezes de forma explícita e de outras de forma velada, de colonialistas e de exploradores dos negros, aqueles “contra” quem se tinha feito a revolução, os que auferiam dos privilégios de uma classe dominante opressora e exploradora.” (PERALTA, 2019, p.320). Essa diferença dada ao acolhimento dos retornados e dos exilados causou, inclusive, divergências entre as principais organizações de apoio aos dois grupos (CNARPA e IARN), envolvendo ainda a omissão do governo português, representado pelo Ministério da Administração Interna (MAI), bem como pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Deste modo, como bem defende Pezzonia, o governo português não se mostrou disposto a partilhar do mesmo sentimento de solidariedade para com os exilados, como se observou por parte de partidos políticos, instituições de apoio e a própria imprensa (PEZZONIA, 2017).

Para além, o governo manteve-se atento à entrada e às ações dos exilados em Portugal. O historiador Américo Freire ao analisar a documentação de correspondências trocadas entre o MAI e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) revela a preocupação desses órgãos sobre as atividades dos brasileiros no país, com destaque para a atuação política e profissional, com vistas a munir a administração portuguesa de informações, dada a apreensão e as consequências para com o futuro das relações internacionais entre os dois países (FREIRE, 2011). Realmente, era de se esperar a vinculação de exilados brasileiros com os partidos de esquerda e os movimentos políticos e sociais portugueses, uma vez que havia não só a afinidade ideológica, mas também foram esses grupos que possibilitaram as condições materiais de manutenção desses exilados no país.

Maurício Paiva, como já descrito, contou com a mão amiga de importantes quadros do PS para as necessidades mais emergenciais, como a documentação, a casa e o trabalho. No entanto, outro componente importante para o exilado, estava na vontade de seguir atuando na militância política, o que só seria possível mediante a relação e proximidade ideológica com militantes portugueses:

Eu fui me enturmando ali e logo nesse ambiente do Partido Socialista tinha um grupo que se identificava como de esquerda, à esquerda do PS, que tinha também uma fração ligada à igreja, aos setores de esquerda da igreja católica portuguesa. O que era raro! (...) Eu conheci no PS uma pessoa que se chamava Manuel

Serra, era líder desse grupo chamado Movimento Socialista Popular, MSP. Ele formou esse movimento vinculado ao PS, um setor do PS. Bom, aquela história, um gambá cheira o outro! (PAIVA, 2018).

Nesse primeiro momento da Revolução de Abril, as atenções dos exilados, estiveram voltadas em cooperar com as ações revolucionárias promovidas pelo novo governo português. Osava relata que essa foi a principal atuação política que tiveram na primeira passagem por Portugal, ainda antes de partirem para Angola e regressarem mais tarde às terras lusitanas:

A gente atuava na política interna de Portugal. Era trabalho, não era militância em partido. Era naquela construção da sociedade de lá. (...) Apareceu um exilado do Chile, mas era um ex-padre dominicano espanhol, que lá no Chile já havia trabalhado com o negócio de reforma agrária e alfabetização de adultos. Ele bolou (elaborou) um plano e apresentou para os portugueses, que toparam. Era um plano de alfabetização de Portugal. A gente ficou surpreso que Portugal tinha 20% de analfabetos adultos. O projeto que esse padre espanhol apresentou era muito interessante, porque ele fez um diagnóstico que os analfabetos eram todos do interior. Eram os velhos que ficavam lá, enquanto a juventude imigrava para França e Alemanha para trabalhar, ficavam os velhos naquela sociedade estática que não mudava nada. Ele dizia: “Não é um plano de alfabetização, é um plano de transformação social.” (...) Eu acabei entrando nisso também. (OSAVA, 2020)

O relato de Osava sobre a sua participação e de sua companheira, nas ações de alfabetização, sublinha um dos entraves para o movimento revolucionário de Abril. A queda do regime salazarista exigiu superar suas heranças do período autoritário e construir, junto à sociedade portuguesa, instrumentos de participação popular e democráticos. A revolução política, entretanto, não se mostrou suficiente para o projeto de ruptura e construção de uma nova sociedade. A necessidade esteve em estabelecer, também, uma revolução cultural. Transformar a estrutura política e cultural exigia encarar um dos maiores déficits sociais do país, o alto analfabetismo.

Desde o MFA até aos governos provisórios que se sucederam durante o PREC, foram feitos esforços com vistas à transformação do sistema cultural, bem como à educação. Nesta conjuntura, emergiram as Campanhas de Dinamização Cultural, com o objetivo de transmitir aos rincões portugueses o programa revolucionário, de realizar ações cívicas, e, principalmente, buscar a superação dos valores do antigo regime. Ainda,

no intuito de ampliar a integração e participação popular, por meio da garantia do aprendizado da leitura e da escrita, foi elaborado o projeto do Plano Nacional de Alfabetização, mas que acabou não efetivando-se após o 25 de novembro de 1975¹⁰ (MARIE, 2017).

Os testemunhos, portanto, nos permitem compreender o fato de que os brasileiros exilados buscaram de diversas formas assumir papéis políticos ativos no processo revolucionário português. A estada em Portugal se assemelhou, em algum aspecto, com os anseios de quando estes estiveram no Chile. Ainda que os contextos e os processos políticos tenham sido bem diferentes, os brasileiros que estiveram em Portugal não deixaram de se envolver politicamente pelo sucesso da Revolução. A história comum de oposição às ditaduras e, fundamentalmente, a partilha da experiência do exílio, uma vez que diversos portugueses refugiaram-se no Brasil durante os anos autoritários, nos leva a compreender uma relação de identificação e comprometimento dos grupos de esquerda portugueses e brasileiros. As portas abertas pela solidariedade recebida dos militantes portugueses, foram retribuídas com a participação intensa e o propósito de transformação política e social.

O exílio em Portugal em virtude da conjuntura política permitiu aos brasileiros maior circulação e integração à realidade do país e, como vimos, para os que assim almejavam a manutenção da atividade política. Essa condição, deve ser compreendida de forma distinta, quando comparada com outros países. O que convencionou-se denominar de acolhimento ou “país de acolha” tem de ser analisado sob o olhar crítico e individualizado. Uma vez que o acolhimento nos remete à ideia de solidariedade e receptividade, sob tal significado questões mais complexas e até mesmo opostas foram observadas em casos de exílio pela Europa e também em outros países ao redor do mundo. Rollemborg destaca tais complexidades e ambiguidades: “Se segmentos da sociedade mobilizavam-se para receber exilados políticos, outros agiam em sentido contrário identificando-os a «terroristas» cuja estada devia ser interdita.” (ROLLEMBERG, 1999, p.51). Ainda, a historiadora relata que nos mais diversos depoimentos de exilados colhidos em sua pesquisa, não foi incomum o relato de exilados afirmarem de que as

¹⁰ A data marca o ápice da crise política e militar que se prolongava em Portugal e que culminou no término do Processo Revolucionário em Curso (PREC) e com a subida das forças políticas moderadas, que contaram com o apoio da direita partidária, ao controle do poder do Estado português, estabelecendo-se assim um sistema democrático liberal aos moldes europeu.

polícias dos países onde buscavam abrigo, trocavam informações com as forças de segurança brasileiras, valendo-se em diversos momentos para recusar acesso a documentações, acusações criminosas e até mesmo expulsões. No entanto, quando observamos a posição portuguesa quanto à solidariedade, compreendemos que essa foi restrita aos grupos políticos e algumas organizações da sociedade civil. Os governos revolucionários portugueses assumiram uma postura ambígua e de poucos esforços pelos exilados, pois ainda que esses não foram proibidos de se estabelecerem em Portugal, atuarem politicamente e trabalharem, tiveram que lidar com a morosidade estatal para legalizar-se no país, bem como o monitoramento das ações por parte das autoridades.

Nesse quadro de complexidades, devemos perceber a importância de Portugal para os brasileiros em seus processos de exílio. Viver o exílio significou a ruptura com a realidade e com os referenciais que davam sentido à vida e à militância. O afastamento do projeto político e social, a instabilidade, o estranhamento com os novos mundos, o medo e a insegurança de perder suas referências “tudo isto subvertia a imagem que os exilados tinham de si mesmos, desencadeando crises de identidade. (ROLLEMBERG, 1999, p.39)”. O exílio, portanto, fez e se refez no cotidiano de cada um dos sujeitos, uma história contínua de construção de valores e perspectivas. Os impactos de cada processo sobre os indivíduos estão diretamente relacionados aos países de exílio. Cada nova sociedade, experiência vivida, se somou no estabelecimento das identidades dos exilados, podendo reafirmar convicções ou até mesmo desmoronar ideais.

Raros foram aqueles brasileiros que nesse período não circularam por mais de um país e, deste modo, não passaram por diversas experiências e dificuldades nesse complexo rearranjo de identidades. Os estudos sobre o exílio, por muitas vezes, passam ao largo das singularidades e da influência dos locais sobre o processo de exílio. Em outras palavras, a importância de pensar como os diferentes destinos provocados pelo exílio atuaram na redefinição dos projetos pessoais e coletivos. Diante dessa questão, Maurício Paiva relata a alteração de sua percepção do mundo conforme os deslocamentos foram acontecendo. Paiva via naquela sua condição de exílios dentro de exílios, como forma de descobrir outros horizontes:

Quando chegamos a Portugal, eu acho que eu já tinha os olhos bem abertos por tudo que eu vinha vivendo. Afinal de contas, a gente vai andando e vai acrescentando alguma coisa e abrindo os olhos. Conhecendo um pouco mais o mundo. Eu comecei a conhecer o mundo quando cheguei a Argélia e vi um país

muçulmano. (...) Era um mundo que eu não conhecia. Você conhece às vezes pelos livros. (...) É diferente você chegar lá e ver como é que é aquele mundo muçulmano. Só que eu cheguei no momento em que Argélia era um país aberto para o mundo revolucionário. Ali eu comecei a ver o mundo um pouco diferente. Tem outras coisas no mundo além da minha vida, (...), do que eu aprendi no Brasil. Meu mundo era o Brasil. Em Cuba eu aprendi outras coisas. Não só treinei, eu me integrei, trabalhei. (...) Foi muito bom, você conhecer a vida das pessoas. Você conhece pessoas do meio artístico, do meio intelectual, jornalistas e vai abrindo mais a sua cabeça, vai aprendendo. Eu não passei (o exílio) sem olhar para o lado. Cheguei no Chile a mesma coisa, eu não fiquei isolado. (...) Eu sempre me misturei e sempre gostei de me misturar com as pessoas, de conviver com as pessoas. Cheguei em Portugal e fiz a mesma coisa. Eu só não falava o português de Portugal! (PAIVA, 2018)

Sentimento semelhante viveu o exilado brasileiro, Chizuo Osava. A percepção de que os deslocamentos, associados às vivências e experiências no estrangeiro, alteraram seus referenciais sociais, culturais e também políticos, é patente em seu depoimento sobre o exílio. Osava e Maria do Carmo Brito, ainda que tivessem proximidade com membros do Partido Socialista português, atuaram em organizações mais próximas do Partido Comunista Português (PCP), até mais radicalizadas à esquerda. Contudo, com a iminente vitória das forças caracterizadas como moderadas e capitaneadas pela ascensão do PS ao poder em novembro de 1975, ficaram atraídos pelo processo político que desenrolava-se em Angola. Assim, mais uma vez o casal de militantes partiu, agora com destino a Luanda com a intenção de seguirem juntos na militância política e os anseios revolucionários. É o processo político angolano que impactou Osava e o pôs em debate com sua identidade política:

Rapaz, a grande mudança foi em Angola. Acho que eu, a Maria do Carmo, e todos os brasileiros que vivemos lá. É que os angolanos, os moçambicanos, esse pessoal que fizeram a independência e os movimentos FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que acabaram preponderando e fizeram a independência, eram de formação marxista, formados pela União Soviética (...). Então, foi um choque para a gente chegar lá e ver isso. Porque a África para gente era muito Frantz Fanon¹¹. Chegar lá e ver (que) os caras eram ortodoxos, formados pelo Partido Comunista da URSS (...). Primeiro, chegando lá no início você vê tudo beleza, vão lá construir a nação (...), mas depois você vai

¹¹ Frantz Fanon (1925-1961), psiquiatra e filósofo político, importante intelectual e militante na luta pela descolonização dos povos e territórios africanos.

vendo que a coisa não era justa. Era um negócio de doido. Ficavam enfiando o negócio de materialismo dialético no povo. (OSAVA, 2020)

Osava teve participação efetiva no bureau político angolano, trabalhava na assessoria da cúpula do MPLA e durante esse período, em certa medida, carregado de frustração com o processo revolucionário de independência angolano passou a rever suas posições políticas. Já Maria do Carmo Brito retrata de forma menos incisiva, as mudanças experimentadas de sua forma de ver o exílio. Para Brito, “Toda vivência de outras realidades é um processo enriquecedor.” (BRITO, 2020), todavia, fica evidente que suas expectativas sobre Portugal sofreram uma fissura diante a realidade encontrada, quando do retorno de Luanda e a consolidação do 25 de Novembro. Nas palavras da exilada brasileira, a perspectiva revolucionária parecia ter se encerrado e os ventos que sopravam do Brasil diziam que o retorno estava cada vez mais próximo, ainda que muito distante da realidade pela qual engajou-se:

Atuei no ISSSL, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, orientando alunos de último ano em estágios práticos em organizações sociais. Havia um enorme interesse no assunto. Quando voltamos de Angola, o encanto havia passado. Mas os alunos continuavam a se interessar por mudanças sociais, de maneira mais burocrática. Quando saímos de Angola já pensávamos na volta iminente ao Brasil. (BRITO, 2020)

A influência da experiência em outros países, sobretudo Portugal, impactou diretamente a redefinição do projeto político dos exilados brasileiros. O ímpeto revolucionário arrefeceu-se no mesmo tempo que a Revolução de Abril perdia seu rumo e fora domesticada pelas classes políticas moderadas do país. Grande parte dos brasileiros passaram a dedicar suas energias para outras lutas, como pautas pelos direitos humanos, pelo meio ambiente, contra as desigualdades sociais, questões étnicas, de gênero, de sexualidade, além das denúncias internacionais à ditadura. Ainda, houve aqueles que assumiram de vez a transição de espectro político, abandonando posições tradicionais de esquerda e reorganizando-se enquanto sociais-democratas. A revolução perdia seu espaço para a democracia liberal (ROLLEMBERG, 2007).

Nesse contexto, fica latente a influência das condições sociais e políticas vividas no exílio, particularmente, para aqueles que experimentaram a realidade europeia, no processo de autocrítica dos exilados brasileiros. O abandono de parte das suas convicções que os engajaram na oposição de esquerda armada no Brasil, foi pouco a pouco sendo

substituído pela defesa de valores sociais-democratas. Entretanto, as mudanças de orientação política não estiveram apenas atreladas a uma reflexão crítica e individual de cada um dos brasileiros, essa veio acompanhada da aproximação e apoio direto de figuras do Partido Socialista português nas campanhas de denúncia à ditadura e a luta pela anistia política no Brasil, que ganhava projeção com a criação dos Comitês pela Anistia no Brasil (CAB) pelos mais diversos países. Osava retrata esse movimento de aproximação:

Com esse impacto de Angola e a vivência na Europa, tanto na Bélgica quanto em Portugal, aconteceu com a gente, aconteceu com todo mundo. Foi todo mundo virando social-democrata. Foi um processo que, acho, da maioria dos brasileiros saídos da luta armada, do radical, querendo revolução. Todo mundo foi tendendo (porque) a gente conheceu o que era a sociedade europeia. (...) Tanto que quando a gente volta de Angola para Portugal, os brasileiros estavam lá organizados, mas a maioria quase dentro do PS. O grande amigo dos brasileiros lá pela anistia foi o Mário Soares. Que no início, na nossa primeira passagem, a gente o chamava de reformista, meio conservador, (ele) não era revolucionário como queríamos e quando voltamos era o grande amigo dos brasileiros. O Comitê da Anistia, esse negócio todo, era muito ligado ao PS. Isso aí, mais ou menos reflete a mudança, o movimento intelectual e ideológico da grande maioria. (OSAVA, 2020)

O Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil, mencionado por Chizuo, foi criado em Lisboa no mês de maio de 1975, organizado por destacadas figuras de movimentos políticos portugueses, como o jornalista Fernando Piteira Santos, nomes da esquerda católica, como o padre José Felicidade Alves e o Frei Bento Rodrigues, o membro do Movimento Esquerda Socialista (MES) Cesar Oliveira, Miguel Urbano Rodrigues, militante do PCP que havia estado exilado no Brasil, além de outros quadros. O Comitê contava com o apoio direto de diversos brasileiros exilados, que por questões de precaução política não integravam formalmente o núcleo de coordenação, mas eram atuantes nas atividades (FREIRE, 2011). A aliança dos militantes portugueses com os exilados concentrou seus esforços em denunciar a ditadura brasileira. Para isso, um ano mais tarde, o Comitê lançou o jornal *Amnistia* como seu principal mecanismo de denúncia e condenação das violências e crimes que vinham ocorrendo no Brasil, além de, em reconhecimento ao passado em comum do exílio em solo brasileiro, prestar apoio aos exilados brasileiros em Portugal. A carta publicada no primeiro número, em tom de manifesto de lançamento do *Amnistia* e assinada por Piteira Santos, remete a importância dos brasileiros no passado em receber os portugueses exilados: “De Jaime Cortesão,

o historiador insigne, a Humberto Delgado, o ‘general sem medo’ - foram legião os nossos amigos, companheiros e camaradas a quem o Brasil abriu as portas e os braços.” (SANTOS, 1976, p.1). Ainda, o jornalista português reforça a posição do Comitê e do *Amnistia*

na denúncia e condenação da repressão no Brasil, quando exigimos uma ampla anistia para os combatentes brasileiros da liberdade, quando exigimos que na nossa terra eles encontrem uma segunda pátria, - estamos apenas a continuar o nosso próprio combate contra o tentacular fascismo. A luta pela liberdade é indivisível. E, no plano da fraternidade luso-brasileira, é tempo de passarmos das palavras aos actos. (SANTOS, 1976, p.1)

Além do jornal *Amnistia*, o Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil organizava outros meios de mobilizar a sociedade portuguesa para a situação dos brasileiros e a realidade política no país. Maurício Paiva recorda de sua atuação junto ao Comitê, quando pôde colaborar, junto aos demais os exilados brasileiros e os companheiros portugueses, na organização de um importante encontro, “fizemos um evento aí, que foi a Semana da Solidariedade com o Brasil.(...) Nesse evento teve cartazes, teve tudo e levamos algumas pessoas que estavam espalhadas pela Europa para participar. Companheiros que estavam na Dinamarca, pessoas que estavam na Bélgica, que estavam na França.” (PAIVA, 2018).

A Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro, no ano de 1977, foi um dos mais expressivos eventos, em que reuniram-se nas dependências da Universidade de Lisboa, brasileiros e portugueses a realizar diversas atividades políticas e culturais, de forma a promover debates sobre a conjuntura brasileira e a anistia. (PEZZONIA, 2017). O Comitê e suas atividades, tais como o *Amnistia* e a Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro, portanto, representaram não só o momento de mudança de rumos da perspectiva política dos exilados, assim como foi o espaço de reivindicar e expor o debate sobre a anistia no Brasil, sobre a luta pela garantia de liberdade dos presos políticos, assim como o direito ao retorno dos exilados. A luta pela anistia representava o início do fim do exílio.

Algum tempo passado desde a emblemática Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro, chegavam notícias do Brasil de que a ditadura estava se despedindo. De forma lenta e gradual, os mecanismos burocráticos repressivos foram sendo extintos, pois foram revogados os banimentos, reintroduzido ao ordenamento jurídico o *habeas corpus* e finalmente, o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), ou seja, era extinto um dos principais

instrumentos que garantia as arbitrariedades autoritárias da ditadura militar brasileira, tais como o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos parlamentares, a censura, a proibição de reuniões e organizações, além da retirada dos direitos políticos de qualquer cidadão. Por fim, foi sancionada a Lei de Anistia no Brasil e assim, garantiu-se o retorno da maioria dos exilados brasileiros ao redor do mundo.

A expectativa pelo retorno movimentou os brasileiros. Com a possibilidade de regresso próxima, os exilados expressaram sentimentos difusos, que foram desde a saudade das experiências vividas, particularmente em Portugal, a insegurança quanto à realidade que encontrariam e ainda, a percepção de mais um deslocamento para mais uma sociedade, com a qual nunca se tenham sentido inteiramente parte. Foi assim, com certo distanciamento das expectativas de retorno, que Chizuo Osava retrata sua volta ao Brasil:

Eu até queria (retornar), mas nesse caso também eu sou meio um cara fora do ninho. Porque é (diferente) quem tem raízes culturais mais profundas (com o Brasil), eu sou meio bi-cultural. Eu não tenho nada a ver com a comunidade japonesa, nem sei falar japonês mais, mas a minha língua materna foi o japonês. Então, até a juventude eu sempre vivi com a família. (...) Eu não tenho essa raiz cultural tão profunda, tão única. Essa de morrer de saudades. Meu negócio é que eu já era meio estrangeiro aqui (no Brasil). Então o exílio para mim não foi tão doloroso como para muita gente. Mesmo para alguns outros, o exílio não foi duro assim, porque a gente tava aprendendo, vivendo coisas novas. O exílio dá para o pessoal uma experiência que é rara. (...) A gente viveu um ano e meio em cada país, tem que chegar e se incorporar. Viver como um local. Você vive o país mais a fundo. Tem que organizar a sua vida. Sobreviver. (OSAVA, 2020)

Por outro lado, Maurício Paiva, revela que para além do seu desejo de retorno, havia muita expectativa das pessoas no Brasil com a chegada dos exilados. Era comum as multidões recepcionarem o desembarque dos inúmeros brasileiros e brasileiras nos aeroportos. Toda essa agitação recebia a cobertura da imprensa, que tentava fazer os primeiros registros daquele momento emblemático. A alegria da chegada se contrapunha com as dificuldades encontradas de alguns exilados de retomar uma vida no velho-novo país:

Retornei um mês depois (da Lei de Anistia) (...). Eu voltei. Eu, a Moema (São Thiago) e o Almir (Dutton)¹². Descemos no aeroporto do Galeão. De lá eu vim para Belo Horizonte sozinho.

¹² Almir Dutton, médico e companheiro de Maurício Paiva, Maria do Carmo Brito e Chizuo Osava na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Cheguei aqui, tinha uma festa imensa me recebendo! Dois meses, um mês e meio depois, eu estava procurando emprego e não arranjava emprego. Não tinha em lugar nenhum, porque ao mesmo tempo que você é celebrado, as pessoas tinham medo do meu currículo. Então, quem podia ter emprego para arranjar, não arranjava com medo de se prejudicar. Afinal, ainda era o governo militar, ainda era o governo do (general) Figueiredo. (...) Eu vivia muito bem em Lisboa. Meus últimos quatro anos que eu fiquei em Lisboa, eu tive um bom emprego. Não só pelo salário que eu tinha, mas pela satisfação que me dava de poder estudar e transmitir conhecimento. Que era a minha função como professor. Também, poder escrever, poder atuar politicamente, poder atuar no mundo cultural. Fizemos muitas coisas e outras ficaram pelo caminho. (PAIVA, 2018)

Assim, permeado de dubiedades e sentimentos confusos, encerrava o exílio da maioria dos brasileiros em Portugal. A encruzilhada do retorno, em que finalmente o dia da volta chegava, ainda que carregado de incertezas quanto aos rumos da terra natal e de suas próprias vidas, encontrava-se com a ausência da vida que agora ficava para trás. A saudade, essa palavra singular da língua portuguesa que nos une, misturava-se com a esperança, sentimentos perceptíveis na descrição de Maria do Carmo: “Portugal foi uma maravilha para nós. Minha mãe sempre dizia que era como chegar em casa e colocar um chinelo velho. Voltamos para o Brasil no dia seguinte à anistia, com ânimo para participar da luta pela democracia.” (BRITO, 2020). Brito e os demais brasileiros exilados encerravam suas passagens por Portugal, cientes de que ainda era preciso navegar as tantas léguas que os separavam da liberdade em seu país. A ditadura distensionava-se, cada vez mais ruíam seus apoios, porém não havia terminado. O horizonte democrático estava, ou ainda está, por se alcançar no Brasil. *Tanto mar, tanto mar.*

4. Considerações Finais

O exílio brasileiro em Portugal, como podemos discutir neste trabalho, foi um processo histórico dotado de inúmeras complexidades e singularidades. São muitas as questões que permeiam tanto as semelhanças, quanto as diferenças sobre a percepção do exílio e suas condições. Os encontros e desencontros, as relações sociais, a solidão, a acolhida nos territórios, as dificuldades e facilidades materiais, culturais e políticas conferiram a cada um dos exilados brasileiros experiências distintas, mas que do mesmo modo os uniram em um processo coletivo de exílio.

Ainda que identificadas diferentes “gerações” de exilados, podemos perceber um sentido comum que define o exílio brasileiro, a violência da ditadura militar como cenário de fundo foi fator central para o deslocamento. Sair ao estrangeiro exigiu dos brasileiros lidar com a insegurança, a impermanência e a transitoriedade daquela condição de vida. Mesmo que os primeiros movimentos de exilados fossem marcados pela perspectiva de retorno em um tempo breve, a preservação da vida e as incertezas quanto ao futuro político brasileiro, exigiu que buscassem se adequar àquela condição imposta. Além do mais, outra característica que podemos traçar do exílio brasileiro foi a permanência dos projetos políticos e o desejo de permanecerem atuantes. Foi em Santiago, no Chile, seguido de Lisboa, para onde os brasileiros partiram em busca de conciliar no exílio, a sobrevivência e a permanência do ímpeto revolucionário.

Apesar da barbárie vivida de mais um golpe, no Chile, acompanhada de uma fuga em condições difíceis, a dependerem da solidariedade de outros países que garantisse a sobrevivência dos exilados. Foi em Portugal, conforme os depoimentos de Chizuo Osava, Maria do Carmo Brito e Maurício Paiva, que encontraram segurança, tranquilidade e espaço para atuarem politicamente, tanto nas denúncias aos crimes da ditadura brasileira, quanto na agitação e mobilização política do processo revolucionário português. A receptividade e o suporte de militantes anti-salazaristas e organizações políticas foram fundamentais para que os exilados brasileiros pudessem envolver-se com a realidade da nova casa. Tal postura dos portugueses associamos à identificação desses pela partilha da experiência do exílio, bem como a semelhança de concepção ideológica com os exilados brasileiros. Acolhidos e dispostos a seguir atuando politicamente, Osava e Brito dedicaram-se nas campanhas de mobilização e educação no Portugal interiorano, assim como Paiva foi lecionar e escrever sobre política e economia. Para além, sob a guarda de

figuras políticas portuguesas, os brasileiros organizaram grupos de atuação como o Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil, além de buscarem mecanismos de divulgação e denúncia da situação política do Brasil através do Jornal *Amnistia* e da Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro.

Por fim, toda a experiência do processo de exílio, ou seja, dos inúmeros deslocamentos, dos exílios dentro do exílio, influenciou diretamente no rearranjo das convicções políticas dos exilados brasileiros. Apesar de no primeiro momento, a agitação da revolução portuguesa tê-los mobilizado, a disposição revolucionária dos brasileiros foi perdendo fôlego no mesmo ritmo que o *Abril* de 1974 foi substituído pelo *Novembro* de 1975. Portugal, assim, afetava uma transformação da postura política dos exilados brasileiros, saía de cena a luta pela revolução e assumia o palco a social-democracia.

Entrevistas

BRITO, MARIA DO CARMO. 2020. [18-19 ago.]. Entrevista concedida ao autor. Brasília.

OSAVA, CHIZUO. 2020. [12 ago.]. Entrevista concedida ao autor. Brasília.

PAIVA, MAURICIO. 2018. [20 ago.]. Entrevista concedida ao autor. Brasília.

Bibliografia

AUGUSTO, Claudio de Farias. 2011. *A Revolução Portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp.

ÁVILA DIAS, Cristiane. 2019. *Minha terra tem horrores: O exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)*. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre.

BORGES, Nilson. 2003. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRASIL. 2014. Relatório Final Comissão Nacional da Verdade. Volume 1. Brasília: CNV.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 2010. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Tempo [em línea] n.14 (Enero-Junio): Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013403006>> ISSN 1413-7704

ESPOSITO NETO, Tomaz. 2011. Os eixos da política externa do Paraguai de 1954 a 1989. *Boletim Meridiano 47*, vol. 13, nº134, São Paulo. p. 11-18. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/download/4645/4235/8287>

FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANCO, Marina. 2007. *Exílio. Argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI.

FREIRE, Américo. 2011. Ecos da estação Lisboa: notas sobre o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. In: QUADRAT, Samantha V. (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV. p. 31-61.

GUERRERO VERANO, Martha Guadalupe. 2010. Los refugiados y el derecho de asilo en el contexto internacional. In: *Revista del Instituto de Investigaciones Jurídica de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí* No. 1, Segunda época, julio – diciembre, San Luis Potosí, MÉXICO.

HALBWACHS, Maurice. 2006. A Memória Coletiva (trad. B. Sidou). São Paulo: Centauro (original publicado em 1968).

JELIN, Elizabeth. 2006. La narrativa personal de lo ‘invivable’, In: CARNAVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto (orgs.). *Historia, memoria y fuentes orales*, 63-79. Buenos Aires: CeDinCi / Memoria Abierta.

JENSEN, Silvina. 2004. *Suspendidos de la historia/exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976/...)*. Barcelona: Universidad Autònoma de Barcelona, 2004. Tesis (Doctorado Historia) – Departamento de Historia Moderna i Contemporània/Universidad Autònoma de Barcelona, Barcelona.

LUCENA, Manuel de. 1981. Uma leitura americana do corporativismo português. *Análise Social*, Lisboa, v. XVII, n.66. p. 415 - 434. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223999852P5qPD7tw8Xu87NN7.pdf>

MARIE, Pierre. 2017. Revolução dos Cravos e educação popular. As associações de educação popular em Portugal (1974-1986). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, vol. 17. pp. 371-390. Disponível em: https://digitalis-dsp.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/43341/1/Revolucao_dos_Cravos_e_educacao_popular.pdf

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. 2011. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-*

1979). Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado Ciência Política) – PPG-Ciência Política/UFRGS, Porto Alegre.

MARTINHO, Francisco C. Palomanes. 2011. O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 13, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20162>.

_____ ; PINTO, António Costa (Org.). 2007. *O corporativismo em português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. 2010. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: entrevista concedida a Marta G. O. Rovai e Eduardo M. A. Maranhão Filho. *História Agora: Revista de História do Tempo Presente*, n. 9, Ago.

MESSINA, Luciana. 2012. Reflexiones en torno a la práctica testimonial sobre la experiencia concentracionaria en Argentina. *Sociedad y Economía.*, Cali , n. 23, p. 37-58, Dez. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S165763572012000200003&lng=en&nrm=iso>.

ORELLANA, Patricio. 1981. *El exilio chileno*. Tesis presentada a la Universidad de Sussex, IDS, Falmer, England,

PADRÓS, Enrique Serra. 2008. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

PAIVA, Mauricio. 2004. *O Sonho Exilado*. Rio de Janeiro, Mauad Editora.

PERALTA, Elsa. 2019. A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação. *Análise Social*, Lisboa, v. LIV (2º), n.231. pp. 310-337. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n231_a04.pdf

PEZZONIA, Rodrigo. 2017. *Exílio em Português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12052017-103832/>>. Acesso em: 2017-09-17

POLLAK, Michael. 1989. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3. pp. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

_____; HEINICH, Natalie. 2006 [1986]. El testimonio In: *Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite*, de Michael Pollak, compilada y presentada por Ludmila da Silva Catela, 53-112. La Plata: Ediciones Al Margen,.

RICOEUR, Paul. 2007. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp.

ROLLEMBERG, Denise. 1999. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record.

_____. 1999. Exílio. Refazendo identidades. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 39-73, 1999.

_____. 2007. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RONIGER, Luis y YANKELEVICH, Pablo. 2009. Exilio y política en América Latina: Nuevos estudios y avances teóricos. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, vol. 19, n.º 2.

_____. 2010. Exílio Massivo, Inclusão e Exclusão Política no Século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123.

_____ 2011. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação. In: QUADRAT, Samantha V. (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV. p. 31-61.

_____; GREEN, James N. 2007. Exile and the Politics of Exclusion in Latin America. In: *Latin America Perspectives*, v. 34, n.4. pp. 3-6.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. 2013. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. p. 108 - 132.

_____. 2013. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *Revista História Oral*, v. 16, n. 2, jul/dez.

ROSAS, Fernando. 2004. *Pensamento e acção política: Portugal, século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias.

_____. 2001. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXV, n.157. p. 1031 - 1054.
Disponível em:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>

SAID, Edward. 2003. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Fernando Piteira. 1976. *Amnistia*, Lisboa, n. 0.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. 2009. *The politics of exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press.

VASQUEZ, Ana; ARAUJO, Ana María. 1988. *Exils latino-américains: la malediction d'Ulysse*. Paris: Ciemi; L'Harmattan.

_____; BRITO, Angela Xavier de. 1993. La situation d'exil: essai de généralisation fondé sur l'exemple des réfugiés latino-américains. *Intercultures*, n. 21, Numéro spécial sur Stratégies d'adaptation, avril: 51-66.

YANKELEVICH, Pablo. 2009. *Ráfagas de un exilio/Argentinos en México, 1974-1983*. México, DF: Colegio de México.

_____. 2011. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha V. (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV. p. 11-30.